



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA  
CURSO BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

MAÍRA LAYME SILVEIRA

**DESAFIOS NO PROCESSO DE MEDIAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
MUSEOLÓGICA: UM TESTEMUNHO DO XANGÔ PERNAMBUCANO**

RECIFE  
2023

MAÍRA LAYME SILVEIRA

**DESAFIOS NO PROCESSO DE MEDIAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
MUSEOLÓGICA: UM TESTEMUNHO DO XANGÔ PERNAMBUCANO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Bacharelado em  
Museologia da Universidade Federal de  
Pernambuco, como requisito para a  
obtenção de título de Museóloga.

Orientador: Prof. Dr. Renato Athias

RECIFE

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silveira, Máira Layme .

Desafios no processo de mediação e comunicação museológica: um testemunho  
do xangô pernambucano / Máira Layme Silveira. - Recife, 2023.  
63

Orientador(a): Renato Amram Athias

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Museologia -  
Bacharelado, 2023.

Inclui apêndices.

1. Museu. 2. Educação Museal . 3. Mediação cultural. 4. Comunicação  
museológica. 5. Afro-brasileiro. 6. Racismo religioso. I. Athias , Renato  
Amram. (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

MAÍRA LAYME SILVEIRA

**DESAFIOS NO PROCESSO DE MEDIAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
MUSEOLÓGICA: UM TESTEMUNHO DO XANGÔ PERNAMBUCANO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Bacharelado em  
Museologia da Universidade Federal de  
Pernambuco, como requisito para a  
obtenção de título de Museóloga.

Aprovado em: 15/05/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Renato Amram Athias (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Prof. Dr. Alexandre Oliveira Gomes  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Prof. Dr. Vânia Maria Andrade Brayner Rangel  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

## **Agradecimentos**

Sou grata aos meus ancestrais, mestres espirituais e aos Orixás por estarem sempre abrindo os meus caminhos.

Agradeço a mim mesma pela minha força e capacidade de conciliar as demandas de ser mulher, mãe, profissional e estudante.

À minha mãe pelo total apoio e auxílio e as minhas filhas pela paciência com as minhas ausências por trabalho e estudos. Ao meu Pai querido pelas palavras de confiança.

Aos professores da graduação em Museologia e ao meu orientador Renato Athias, por terem me incentivado e por todo aprendizado ao longo da minha jornada acadêmica.

A toda equipe do Museu do Estado pelo incentivo para eu continuar os estudos, e em especial aos estagiários e estagiárias pelo apoio e disponibilidade em fazerem parte da desta pesquisa.

Aos meus amigos e amigas por terem me auxiliado de diversas formas em momentos de dificuldade, principalmente a Francisca pelo encorajamento e me convencer a não desistir.

Ao meu pai do coração Lepê pelos seus ensinamentos.

A professora Zuleica Dantas por ter me enviado a sua tese.

A gratidão é um sentimento nutrido de amor e felicidade que me faz acreditar que vale os esforços e energias direcionadas para os objetivos da vida.

## Resumo

Os processos de comunicação museológica se entrelaçam com o campo da educação, bem como com os aspectos históricos, sociais e culturais intrínsecos aos espaços museais, seus bens culturais e, sobretudo com os sujeitos envolvidos neste campo museológico, dentre esses, profissionais e públicos dos espaços culturais. Neste contexto, este trabalho de conclusão de curso tem como objeto de estudo às relações que o público visitante estabelece na interação com a exposição da coleção “Culto Afro-brasileiro – Um Testemunho do Xangô Pernambucano”, e os desafios da equipe educativa do Museu do Estado de Pernambuco no processo de comunicação e mediação desta exposição. A pesquisa tem como percurso metodológico características exploratórias e explicativas no campo empírico do Museu do Estado de Pernambuco, com foco na Coleção em exposição e o setor educativo, com abordagem que envolve o público visitante e educadores da equipe deste Museu, presentes como sujeitos sociais da pesquisa. Diante do exposto, os museus e seus setores educativos, são espaços de comunicação, produção de conhecimento e educação, e tem como responsabilidade social contribuir para a desconstrução de preconceitos que alicerça o racismo estrutural e, por conseguinte, o racismo religioso, bem como difundir e construir conhecimentos sobre a memória, história e cultura de um povo. Observamos que o MEPE desenvolve ações educativas com o acervo exposto e, com inclusão da Coleção “Xangô Pernambucano”, presente na exposição de longa duração “Pernambuco Território e patrimônio de um povo” que possibilitam o público ter contato com a cultura afro-brasileira e conhecer a história de resistência referente a este acervo.

**Palavras-chave:** Afro-brasileiro; Comunicação museológica; Educação museal; Mediação; Racismo religioso.

## **Abstract**

The processes of museum communication are intertwined with the field of education, as well as the historical, social and cultural aspects intrinsic to museum spaces, their cultural assets and, above all, with the subjects involved in this museological field, among these, professionals and the public of cultural spaces. In this context, this course completion work aims to study the relationships that the visiting public establishes in the interaction with the exhibition of the collection “Culto Afro-brasileiro – Um Testemunho do Xangô Pernambucano”, and the challenges of the educational team of the Museum of the State of Pernambuco in the process of communication and mediation of this exhibition. The research has as its methodological path exploratory and explanatory characteristics in the empirical field of the Museum of the State of Pernambuco, focusing on the Collection on display and the educational sector, with an approach that involves the visiting public and educators of the team of this Museum, present as social subjects of the research. In light of the above, museums and their educational sectors are spaces of communication, production of knowledge and education, and have a social responsibility to contribute to the deconstruction of prejudices that underlies structural racism and therefore religious racism, as well as to spread and build knowledge about the memory, history and culture of a people. We observed that the MEPE develops educational actions with the exhibited collection, including the Xangô Pernambucano Collection, present in the long term exhibition “Pernambuco Territory and Heritage of a People”, which allow the public to have contact with the Afro-Brazilian culture and to know the history of resistance related to this collection.

**Keywords:** Afro-Brazilian; Museum Communication; Museum Education; Mediation; Religious Racism.

### **Lista de Abreviaturas**

<b>ICOM</b>	INTERNACIONAL COUNCIL OF MUSEUMS
<b>FUNDARPE</b>	FUNDAÇÃO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO
<b>MEPE</b>	MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO
<b>PNEM</b>	POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL
<b>TCC</b>	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



## Sumário

<b>1</b>	<b>Introdução .....</b>	<b>9</b>
2	A instituição: aspectos históricos e atualidades do Museu do Estado de Pernambuco .....	15
2.1	O Museu do Estado de Pernambuco .....	17
2.2	A exposição "Pernambuco, Território e Patrimônio de um povo" e a coleção "Xangô Pernambucano" .....	21
2.3	A Educação Museal no Museu do Estado de Pernambuco .....	25
2.4	Público visitante do Museu do Estado de Pernambuco .....	28
<b>3</b>	<b>Olhares em perspectiva: a educação museal e o contexto educador, exposição e o visitante .....</b>	<b>34</b>
3.1	A educação museal e os desafios dos educadores na prática de mediação cultural .....	36
3.2	Metodologia da pesquisa .....	40
3.3	Perfil dos entrevistados .....	41
3.4	Análise dos conteúdos das entrevistas aplicadas: Experiências de mediação no MEPE e exposição "Pernambuco, Território e Patrimônio de um povo" .....	42
<b>4</b>	<b>Intolerância e resistência: desafios dos educadores na prática de mediação na exposição "Xangô Pernambucano" .....</b>	<b>48</b>
4.1	Análise dos conteúdos das entrevistas aplicadas: Experiências de mediação no núcleo expositivo "Xangô Pernambucano" .....	51
<b>5</b>	<b>Considerações Finais .....</b>	<b>57</b>
	<b>Referências .....</b>	<b>60</b>
	<b>Apêndice A - Roteiro da entrevista com os educadores/mediadores do Museu do Estado de Pernambuco .....</b>	<b>63</b>

## 1 Introdução

O compromisso assumido pelo profissional do campo da educação museal, percorre um caminho de responsabilidade social concernente a construção de conhecimentos sobre o patrimônio cultural e sua importância no que tange ao reconhecimento da história de um povo na formação da sua identidade, bem como a preservação das memórias traduzidas através dos bens culturais. O educador museal encontra provocações de inúmeros tipos, porém dentre eles a ressignificação do olhar de pessoas que não se reconhecem nas mais heterogêneas origens que compõe a constituição cultural do seu povo, e essa é uma conjuntura desafiadora do trabalho educativo. Nesse sentido, é relevante expor uma problemática social referente a pertencimento cultural, a fim de educar para respeitar as diferenças entre as pessoas, as comunidades em seus costumes e tradições.

No campo museal a identidade afro-brasileira das coleções de objetos musealizados de religiosidade de matrizes africanas vem buscando assegurar o seu espaço nas instituições. São bens culturais que narram histórias de resistência e luta por liberdade e cidadania, que devem ser difundidos para quebrar paradigmas e preconceitos, por isso se faz necessário confrontar os desafios dos processos de comunicação e educação a partir dos acervos afro-brasileiros.

Diante desse pressuposto, este trabalho tem como problema de pesquisa analisar quais são as relações que o público estabelece na interação com a exposição da coleção “Culto afro-brasileiro – Um Testemunho do Xangô Pernambucano”, pertencente ao Museu do Estado de Pernambuco, e quais são os desafios dos educadores do Museu, na experiência de mediação desta exposição. O objetivo é compreender como se realiza a interação, público - exposição do MEPE, conhecer a relação do público visitante do MEPE com a exposição “Xangô Pernambucano” e identificar os desafios dos educadores através da interação da equipe em sua prática cotidiana de comunicação na mediação com o público visitante da exposição “Pernambuco território e Patrimônio de um povo” com o foco no núcleo expositivo da coleção “Xangô Pernambucano”.

A motivação que me fez escolher o tema deste TCC intitulado “Desafios no processo de mediação e comunicação museológica: Um testemunho do Xangô Pernambucano” foi o fato de observar e pesquisar no Museu do Estado de Pernambuco, onde estou desenvolvendo um trabalho, vivendo diversas experiências

diariamente, a pouco mais de 4 anos. Trabalho com educação museal desde o ano de 2007, quando cursava a graduação de Licenciatura em artes plásticas na UFPE, nesse período adquiri experiência através de estágio no setor educativo por dois anos com a função de mediadora/ educadora de museu. Desde o ano de 2011 venho trabalhando em museus públicos do Estado, geridos pela FUNDARPE. Entre muitos desafios no processo das práticas educativas no campo museológico institucional, concluí que o setor educativo detém a responsabilidade essencial para o funcionamento efetivo dos museus. Nesta linha de frente, se exerce a função social dos museus de dar acesso à cultura, ao patrimônio cultural, a conhecimentos multidisciplinares, e a fruição da arte.

Retomando a questão da escolha do tema, a partir do ato de observar e vivenciar às visitas às exposições do MEPE e analisando as experiências com um olhar profissional sobre o público espontâneo e grupos agendados de escolas e outras instituições, identifiquei que durante o percurso das visitas a exposição “Pernambuco território e patrimônio de um povo”, ao se encontrarem com o núcleo expositivo “Xangô Pernambucano”, ocorreram certa rejeição ou afastamento de pessoas e grupos visitantes, como também comentários depreciativos sobre os objetos expostos. Os relatos dos estagiários e estagiárias que exercem a função de mediadores, também reforçaram este fato. Ao detectar esta situação recorrente, procurei propor ações com o objetivo de educar o olhar dos visitantes como: encontros com Babalorixás e lalorixás, outras atividades educativas para o público escolar e infantil como oficinas e apresentações, ações abertas ao público geral e gratuitas. Mas este trabalho é, como se diz, “de formiguinha”, percebi a necessidade de pesquisar sobre a relação do público com esta exposição, sob a visão e experiência da equipe educativa em sua prática cotidiana de mediação. Como o olhar é diverso, mesmo com um perfil profissional, não deixa de ser carregado das experiências, ideologias e crenças do próprio indivíduo, e o meu olhar integra o afetivo e o profissional, por estar exercendo o meu papel de educadora museal e por ser uma apreciadora e participante de uma comunidade de Candomblé, sinto a necessidade e obrigação moral de contribuir na desconstrução de preconceitos acerca desta religião, assim como a luta contra o racismo religioso.

Este trabalho é importante para esta instituição museal porque dará subsídios para um questionamento vigente na realidade deste Museu, onde parte do público visitante espontâneo, grupos escolares e outras instituições demonstram pouco

interesse ou resistem a conhecer, dialogar e compreender coleções e patrimônios afro-brasileiros, em específico a coleção em questão neste trabalho. É imprescindível compreender o porquê de certa resistência ao conhecimento desta cultura, para criar estratégias de educação e comunicação a fim de desconstruir o preconceito e superar a ignorância. Essa reflexão é importante devido ao contexto histórico que envolve as lutas por Liberdade Religiosa. Para Sidney Nogueira

A verdade é que o Brasil, como sociedade ocidental, não nasceu como uma democracia religiosa. Não é necessário que se vá muito longe à história do nosso país para entender que a intolerância religiosa e a farsa da laicidade têm como origem o colonialismo. (Nogueira, 2020, p.20).

Perante esta observação, destaca a hipótese desta questão comportamental do público pode se tratar de intolerância religiosa e racismo religioso, perante a cultura material afro religiosa, então é relevante e urgente de ação para desconstrução do preconceito, desrespeito e racismo estrutural presente na sociedade. É necessário conhecer a problemática para projetar futuras ações educativas que proporcionem uma mudança no olhar do espectador visitante diante desta Coleção, sobretudo a compreensão da história e da cultura negra que envolve a comunidade e as religiosidades afro-brasileiras.

A fundamentação teórica desta pesquisa do trabalho de conclusão de curso tem como suporte, autores do campo da museologia, educação e religiosidade e cultura afro-brasileira. No âmbito da museologia, primeiramente, a obra *Conceitos chave da museologia* (2013) alicerça toda e qualquer pesquisa sobre a área da museologia como um referencial de consulta aos conceitos das terminologias do campo.

A premissa da museóloga Waldisa Rússio afirmando que “O objeto da museologia é o fato “museal” ou fato museológico. O fato museológico é a relação profunda entre o homem – sujeito conhecedor – e o objeto, parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir.” (Guarnieri, 2010, p.123). Diante desse conceito, a interação público e coleção, no qual se configura o objeto de estudo deste referido trabalho segue como o ponto de partida da análise para compreender como vem sendo realizado esse contato, a fim de buscar nesta perspectiva teórica em intersecção com a prática, identificar a relação que o visitante estabelece com os objetos expostos da coleção “Xangô Pernambucano”.

Quando se pensa nas exposições dos museus, sejam quais forem às tipologias de museus e caráter das exposições, já é implícito que expor remete a querer comunicar algo e provocar uma comunicação e reflexão. A partir desse pressuposto, o diálogo entre o expectador e o objeto, mediado pelo educador do museu é um dos fatores essenciais para a construção do conhecimento, nesse sentido é uma problematização importante para a pesquisa deste trabalho. A museóloga Marília Xavier Cury apresenta um estudo sobre a comunicação museológica e recepção de público nos museus, onde coloca o cotidiano do visitante como lugar primordial para se pensar a comunicação, inclusive a museológica, considerando o deslocamento do foco dos meios para as mediações culturais (Cury, 2005, p.270). No campo da educação e educação museal, nos quais serão as principais bases da análise a ser realizada neste trabalho de TCC, Maria Célia T. Santos (2008), museóloga e doutora em educação faz uma análise e inter-relaciona os processos museológicos e educativos numa ação conjunta.

Assim como na educação, o processo museológico é compreendido como ação que se transforma, que é resultado da ação e da reflexão dos sujeitos sociais, em determinado contexto, passível de ser repensado, modificado e adaptado em interação, contribuindo para a construção e reconstrução do mundo. (Santos, 2008, p.08)

A Política Nacional de Educação Museal é uma proeminente contribuição ao campo da educação em museus, é um marco referencial para os profissionais de educação museal no Brasil. Nessa perspectiva será importante trabalhar as diretrizes do PNEM junto a esta pesquisa.

A Educação Museal envolve uma série de aspectos singulares que incluem: os conteúdos e as metodologias próprios; a aprendizagem; a experimentação; a promoção de estímulos e da motivação intrínseca a partir do contato direto com o patrimônio musealizado, o reconhecimento e o acolhimento dos diferentes sentidos produzidos pelos variados públicos visitantes e das maneiras de ser e estar no museu; a produção, a difusão e o compartilhamento de conhecimentos específicos relacionados aos diferentes acervos e processos museais; a educação pelos objetos musealizados; o estímulo à apropriação da cultura produzida historicamente, ao sentimento de pertencimento e ao senso de preservação e criação da memória individual e coletiva. É, portanto, uma ação consciente dos educadores, voltada para diferentes públicos. (PNEM, 2018, p. 73)

Diante da estrutura apresentada até o momento, em consonância com o objeto de estudo, o aporte teórico sobre a cultura e religiosidade afro-brasileira são

abordados autores como Raul Lody (1983), com uma visão museológica e antropológica da coleção "Xangô Pernambucano" e Sidney Nogueira (2020), que apresenta um histórico da intolerância religiosa no Brasil e analisa a linguagem da intolerância e o racismo religioso. A Historiadora Zuleica Dantas (1999, 2001, 2009) trabalha com pesquisas no campo da religiosidade afro-brasileira numa perspectiva histórica dos anos 30 e 40, focando no estado de Pernambuco, Recife e região o que contribui com essa proximidade da realidade da pesquisa deste TCC.

A construção das seções deste trabalho foi organizada com base em entrevistas com estagiários e estagiárias que exercem a função de educadores/mediadores no Museu do Estado. O trabalho de conclusão de curso está organizado em três capítulos.

O primeiro capítulo intitulado "A Instituição: aspectos históricos e atualidades do Museu do Estado de Pernambuco", apresenta a conjuntura atual da Definição de Museus implementada pelo ICOM – Conselho internacional de Museus, para situar os novos caminhos das instituições museais na contemporaneidade. Apresenta o contexto histórico do Museu e a trajetória de gestores, projetos realizados e as exposições atuais, destacando a exposição em questão neste trabalho. Expõe os objetivos e estrutura do setor educativo do MEPE e seu atual funcionamento, assim como informações gerais do quantitativo de eventos, exposições e uma análise da quantidade e perfis de público nos últimos 07 anos.

O segundo capítulo, "Olhares em perspectiva: A educação museal e o contexto educador, exposição e o visitante", discorre sobre a comunicação museológica, seguindo com a descrição da Coleção "Culto Afro-brasileiro – Um Testemunho do Xangô Pernambucano", seu contexto expográfico e recursos de acessibilidade. Apresenta a trajetória histórica da educação museal no Brasil e conceitos sobre mediação cultural. Apresenta a metodologia da pesquisa e o perfil dos respondentes das entrevistas. Em seguida, analisa os conteúdos dos resultados da primeira e segunda questão das entrevistas aplicadas como os educadores/ mediadores.

O terceiro capítulo "Intolerância e Resistência: Desafios dos educadores na prática de mediação na exposição 'Xangô Pernambucano'", apresenta um conjunto de leis estabelecidas nos últimos 30 anos que dão suporte para combater o racismo, intolerância religiosa e racismo religioso, assim como a implantação da lei de ensino da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar brasileiro. Análise dos

conteúdos respostas da terceira questão da entrevista, com abordagens sobre pautas relacionadas ao racismo religioso e estrutural, intolerância religiosa, e educação.

## 2 A instituição: aspectos históricos de atualidades do Museu do Estado de Pernambuco

Os museus são lugares/dispositivos que transbordam memórias, reflexões, afetividades, provocações e pertencimento. É nessa diversidade de ações e sentimentos, que os sujeitos sociais se permitem fruir e interpretar a pluralidade de narrativas apresentadas nos espaços museais.

As memórias são narradas pelas coleções, acervos de bens culturais e exposições, através dos quais a sociedade se reconhece com um sentimento de pertença à sua história, constituindo assim sua identidade. A definição de Museus estabelecida pelo *Internacional Council of Museums – ICOM*<sup>1</sup> desde 2007 determinou que:

O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite. (Icom, 2007)

A conjuntura atual sobre conceito de museu esteve em curso de redefinição desde a 25ª Conferência Geral do ICOM, em Kyoto, no ano de 2019, e este processo se estendeu até 2022. O ICOM realizou pesquisa para a “Nova Definição de Museus” e o ICOM Brasil, mediante pesquisa virtual com o público selecionou 20 termos indicados, dentre eles, foi debatido e escolhido conceito de Educação como o “Conjunto de práticas, valores, conhecimentos e metodologias concernentes ao processo educativo, permitindo a aprendizagem, a experimentação e a mediação com o patrimônio musealizado.” (Icom, 2021). Em 24 de agosto de 2022 foi estabelecida a nova definição de Museus pelo ICOM na Conferência Geral do ICOM em Praga na República Checa. A nova proposição escolhida é a seguinte:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos (Icom, 2022).<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Criado em 1946, o ICOM é uma Organização não governamental que mantém relações formais com a UNESCO, executando parte de seu programa para museus, tendo *status* consultivo no Conselho Econômico e Social da ONU. (Icom, 2021).

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www.icom.org.br/?page\\_id=2776](http://www.icom.org.br/?page_id=2776) Acesso em: 02 fev. 2023.



A partir desta realidade, é evidente o potencial educativo que um espaço museal detém e a sua responsabilidade social de inclusão da comunidade e seu acolhimento, bem como oferecer acessibilidade, contribuir na construção de conhecimentos multidisciplinares e, sobretudo, conhecer o patrimônio em sua vivência histórica a fim de firmar e reconhecer a sua identidade cultural e representatividade.

Vale provocar, diante desta premissa, um dos conteúdos clássicos nos estudos do campo museológico, acentuando no que se refere às funções dos museus. Desvallées e Mairesse apresentam três pilares estruturantes de um museu.

Baseamo-nos em um dos modelos mais conhecidos, elaborado no final dos anos 1980 pela Reinwardt Academie de Amsterdam, que distingue três funções: a preservação (que compreende a aquisição, a conservação e a gestão das coleções), a pesquisa e a comunicação. A comunicação, ela mesma, compreende a educação e a exposição, duas funções que são, sem dúvida, as mais visíveis do museu. Neste sentido, parece-nos que a função educativa cresceu suficientemente nas últimas décadas para que o termo mediação lhe seja acrescentado. (Desvallées; Mairesse, 2013, p. 22-23)

Essa prerrogativa situa o campo da educação em museus com uma maior visibilidade e importância na contemporaneidade, e assim vem redimensionando seu lugar nos museus. Nesse sentido, função educativa de comunicação através da mediação do conhecimento junto ao público dialoga diretamente com este trabalho de conclusão de curso que tem como proposta analisar a interação do público visitante junto à coleção “Culto Afro-brasileiro – Um Testemunho do Xangô Pernambucano”, núcleo expositivo presente na exposição de longa duração “Pernambuco, Território e Patrimônio de um povo” do Museu do Estado de Pernambuco – MEPE, e nesta perspectiva, identificar os desafios da equipe do setor educativo no exercício de mediações com os visitantes nesta exposição.

O MEPE, localizado na Avenida Rui Barbosa, bairro das Graças, na cidade do Recife – PE, é um equipamento cultural da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE, Secretaria de Cultura – SECULT, e do Governo do Estado de Pernambuco. O MEPE possui um vasto acervo constituído por diversas coleções adquiridas ao longo dos seus 92 anos de existência. Hoje o quantitativo de peças que compõem todo o seu acervo é em torno de 15.000 objetos, que integram coleções como: pinacoteca, mobiliário, arqueológicas, etnográficas, arte popular, porcelana, arte sacra, entre outros. Diante desta diversidade, tem um caráter,

quanto a sua tipologia, de museu histórico, antropológico, etnográfico e de arte (Governo do Estado de Pernambuco, 2017).

## 2.1 O Museu do Estado de Pernambuco

O Museu do Estado de Pernambuco precedeu o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco, que foi inaugurado na cúpula do Palácio da Justiça, no Recife, em 7 de setembro de 1930. O jornalista e deputado estadual Aníbal Fernandes<sup>3</sup> foi o principal responsável por esse feito, visto que foi a partir do projeto de lei criado por ele que a existência do Museu foi oficialmente decretada desde 09 de fevereiro de 1929, através o ato nº 240, com o respaldo legal da Lei Estadual Nº 1.918 de 24 de agosto de 1928 que autorizava a criação de um museu de Pernambuco e da Inspetoria Estadual de Monumentos. “O Palácio da Justiça de Pernambuco estava prestes a ser inaugurado. Dessa maneira, fora escolhido o referido palácio como sede do museu, assim como o escritório da Inspetoria de Monumentos de Pernambuco, ambos dirigidos por Aníbal Fernandes” (Lody et al., 2021, p.67). A primeira coleção adquirida foi a do Comendador José Ferreira Baltar<sup>4</sup>, a aquisição das obras aconteceu antes da abertura do Museu e foi articulado por Aníbal Fernandes junto ao governo do Estado administrado pelo então governador Estácio Coimbra<sup>5</sup>.

[...] a institucionalização da inspetoria e do museu seguiria os ideais salvaguardistas do patrimônio material a primeira voltada aos bens edificados e a segunda dos bens móveis A preocupação de impedir a fuga de objetos tidos como importantes, sob o ponto de vista material foi sem dúvida uma das justificativas para a construção do museu. Para evidenciar tal hipótese, basta analisarmos a primeira coleção do Museu do Estado de Pernambuco, que foi a Coleção Comendador Jose Ferreira Baltar. (Lody et al., 2021, p. 65)

No mesmo ano da inauguração do Museu, a sua direção ficou a cargo de Mário Melo<sup>6</sup> e após três anos da inauguração, em 1933, o acervo foi transferido para a Biblioteca Pública do Estado e a instituição foi fechada. O Museu deixou de existir por

---

<sup>3</sup> Aníbal Fernandes era pernambucano de Nazaré da Mata. Formou-se na Faculdade de Direito do Recife e atuou como Jornalista no Recife. Foi deputado estadual e defensor da preservação do patrimônio cultural.

<sup>4</sup> O Comendador Baltar foi um colecionador de obras de arte, com destaque a sua coleção de pinturas do artista Telles Júnior.

<sup>5</sup> Estácio de Albuquerque Coimbra era pernambucano de Barreiros, onde foi senhor de engenho. Formou-se advogado pela Faculdade de Direito do Recife. Foi deputado, vice-presidente da república e governador de Pernambuco entre 1927 e 1930.

<sup>6</sup> Mário Carneiro do Rego Mello era recifense formado em Direito, atuou como jornalista e fundou a Associação de Imprensa de Pernambuco. Foi membro do Instituto Histórico e geográfico de Pernambuco. Foi deputado estadual na década de 1940. (Lody et al., 2021)

não ter uma sede física oficial, e as coleções ficaram sob a responsabilidade da Biblioteca Pública, até que através de um decreto estadual foi reinaugurado no ano de 1940, no imóvel do século XIX, antiga propriedade do filho do Barão de Beberibe<sup>7</sup>. O Museu Histórico e de Arte Antiga foi renomeado como Museu do Estado de Pernambuco.

Em 10 de maio de 1940, foi recriado o museu sob o decreto nº 491, passando a ser denominado Museu do Estado de Pernambuco (Mepe). Ele passou a estar instalado em um palacete na Avenida Rui Barbosa, 960, recém-adquirido pelo Governo do Estado, junto ao Banco Agrícola Comercial de Pernambuco sendo dirigido por Olympio Costa Júnior (Dr. Costinha). Esse palacete de dois andares que abriga o Mepe até hoje, constituía-se no antigo solar de um deputado, Augusto Frederico de Oliveira, filho do Barão de Beberibe (Lody et al., 2021, p.72).

O casarão foi herdado pelo filho do Barão de Beberibe, Augusto Frederico de Oliveira, e posteriormente pela herdeira Anna Revoil de Oliveira, que no ano de 1916 vendeu a propriedade para o cônsul holandês Julius Von Söhsten. Este hipotecou a propriedade ao Banco Agrícola e Commercial de Pernambuco. Assim, o imóvel passou a ser propriedade do Estado a partir do ano de 1935.

Um fato histórico de grande relevância nesse período da década de 30 foi à criação do Serviço do Patrimônio histórico e Artístico Nacional – SPHAN, através da lei Nº 378 de 13 de janeiro de 1937, cuja institucionalização do patrimônio cultural, histórico e artístico tornou-se de grande importância para a legitimação da cultura e identidade brasileira, com influências do movimento modernista no Brasil. Desde então foram tombados 474 bens móveis e imóveis durante 9 anos desde a criação do SPHAN (Resende et.al., 2015).

Art. 46. Fica creado o Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o Paiz e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimonio historico e artístico nacional.

§ 1º O Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional terá, além de outros órgãos que se tornarem necessarios ao seu funcçionamento, o Conselho Consultivo.

§ 2º O Conselho Consultivo se constituirá do director do Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional, dos directores dos museus nacionaes de coisas historicas ou artísticas, e de mais dez membros, nomeados pelo Presidente da Republica.

§ 3º O Museu Historico Nacional, o Museu Nacional de Bellas Artes e outros museus nacionaes de coisas historicas ou artísticas, que forem creados, cooperarão nas actividades do Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional, pela fórmula que fôr estabelecida em regulamento.

---

<sup>7</sup> Francisco Antônio de Oliveira, o Barão de Beberibe recebeu o título do Imperador D Pedro II. Foi um escravocrata, negociante e traficante de escravos, banqueiro e político, era proprietário de mais de 40 imóveis, com destaque aos sobrados da rua da Aurora. (Lody et al., 2021)

Art. 47. O Museu Historico Nacional é mantido como estabelecimento destinado á guarda, conservação e exposição das relíquias referentes ao passado do Paiz e pertencentes ao patrimonio federal.

Paragrapho unico. No Museu Historico Nacional funcconará o curso de museologia alli existente.

Art. 48. Fica creado o Museu Nacional de Bellas Artes, destinado a recolher, conservar e expor as obras de arte pertencentes ao patrimonio federal. (Brasil, 1937, art. 46, 47, 48).

Uma nova consciência em torno da valorização do patrimônio cultural material foi se estabelecendo e, desse modo, imóveis e coleções de objetos com auras históricas e artísticas foram preenchendo os museus, como também acarretou a criação de novos museus no Brasil.

Na continuidade da trajetória histórica, como citado anteriormente, em 1940 o Museu foi instalado no casarão, onde se estabeleceu no então Palacete Estácio Coimbra<sup>8</sup>, passando a ser administrado pelo governo do Estado. Neste mesmo ano, para somar ao seu acervo, recebeu a coleção dos objetos sagrados dos terreiros, no qual formou a coleção "Xangô Pernambucano", em foco neste trabalho.

Nas décadas seguintes, demais coletâneas de objetos chegaram a ser adicionada a salvaguarda do Museu, com destaque as coleções: coleção etnográfica de povos indígenas do norte e nordeste do Brasil Carlos Estevão de Oliveira em 1947, Braz Ribeiro em 1951, Arte Sacra de Abelardo Rodrigues em 1974, Ex-votos Lívio Xavier de 1984, coleção de José Mariano Carneiro da Cunha em 1988, coleção Bandepe de 1998. A historiadora Maria Eduarda Marques (2021) menciona que ao longo da existência o MEPE salvaguardou uma diversidade de tipologias de acervo. Além dessas coleções, demais obras de artes foram somadas ao amplo acervo do MEPE através dos "Salões de Arte" que foram realizados no MEPE a partir de 1942, no qual tiveram 46 edições. Os Salões de Arte premiaram ícones da arte pernambucana como: Vicente do Rego Monteiro, Ladjane Bandeira, Paulo Bruscky, Gilvan Samico, entre outros. Maria Eduarda afirma que:

A formação dos acervos pictóricos do Museu de Pernambuco entrou em nova fase a partir de 1942 quando o museu passou a realizar um salão anual de artes plásticas, um dos mais antigos salões de arte do país, cuja primeira edição consagrou Vicente do Rego Monteiro. Inicialmente denominado Salão Anual de Pintura, os salões se converteram em um importante mecanismo de promoção das artes no estado, deslocando a centralidade do eixo Rio de

---

<sup>8</sup> Em 2008 o Casarão recebeu o nome de Palacete Estácio Coimbra em homenagem ao então governador de Pernambuco na época da criação do Museu de Histórico de e Arte Antiga.

Janeiro e São Paulo, assim como possibilitando a ampliação e renovação das coleções da própria instituição. (Lody et al., 2021, p.116-120).

O Museu do Estado ganhou prestígio e uma dimensão importante tanto no âmbito quantitativo e qualitativo do seu diversificado acervo, quanto nas exposições como os Salões de Arte já citados. Entre a década de 40 até o final do século 20 foram 9 diretores na gestão do museu, incluindo o museólogo Aécio de Oliveira, a museóloga Marluce Azevedo Câmara e a artista plástica Tereza Costa Rêgo. Nesses 92 anos de trajetória, sucederam 15 diretores na gestão deste espaço cultural. No ano de 2003 foi construído um edifício anexo o “Espaço Cícero Dias”, para abrigar a reserva técnica, galerias de exposições, biblioteca e a administração. Hoje o MEPE tem duas exposições de longa duração, uma localizada no palacete, “O casarão e a cidade: Usos e costumes”, com curadoria da historiadora Ana Cristina Carvalho<sup>9</sup>, a exposição foi inaugurada no ano de 2014, está organizada em seis núcleos: O casarão e a cidade; Espelho do Oriente; O prazer à mesa; A Europa aqui; Vida Íntima; Devoção. No Espaço Cícero Dias a outra exposição de longa duração “Pernambuco território e patrimônio de um povo” foi inaugurada em 2017, com Curadoria dos antropólogos Renato Athias<sup>10</sup> e Raul Lody<sup>11</sup>.

É importante destacar que mesmo com essa longa trajetória institucional, foi só em período recente, através do decreto Nº 47.326, de 16 de abril de 2019, que o Museu foi devidamente tombado pelo Governo do Estado.

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 003, de 19 de março de 2019, do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, declaratória do tombamento do Museu do Estado, incorporando a área dos jardins e dos 2 (dois) prédios anexos, localizada na Avenida Ruy Barbosa, 960, Bairro da Graças, Município do Recife, neste Estado, em decorrência do seu valor histórico e arquitetônico. (Pernambuco, 2019).

A preservação da memória e acervo do Museu do Estado, bem como adaptações estruturais foram possíveis devido à realização de projetos culturais

<sup>9</sup> Curadora e gestora do Acervo Artístico Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo. Formada em Economia com Doutorado em Artes Visuais, Teoria e Crítica de Arte e Gestão de Patrimônio Museológico. Disponível em: <https://memorial.org.br/memorial-da-america-latina-recebe-ana-cristina-carvalho-curadora-do-acervo-artistico-cultural-dos-palacios-do-governo-do-estado-de-sao-paulo/> Acesso em: 02 fev. 2023.

<sup>10</sup> Renato Athias é antropólogo e doutor em Etnologia, Professor do Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade (NEPE) da UFPE.

<sup>11</sup> Raul Geovanni da Motta Lody, nascido no Rio de Janeiro é antropólogo, museólogo, escritor e tem um importante trabalho no campo de pesquisa da cultura e religiosidade afro-brasileira.

como: “Coleção Etnográfica Carlos Estêvão de Oliveira – Memória e documentação”, realizado entre 2009 e 2011; Acessibilidade do Palacete Estácio Coimbra, entre os anos de 2009 a 2017; Inventariação e digitalização do acervo museológico do MEPE ocorrido nos anos de 2012 e 2013; Reforma e aquisição de mobiliário para a reserva técnica, nos anos de 2014 e 2015. Nos últimos anos, também foram executadas ações com objetivos socioculturais, educativos, artísticos, literários e de restauração.

É relevante mencionar que parte dos projetos e exposições são realizados pelo próprio Governo do Estado, como também pela Sociedade de Amigos do Museu do Estado – SAMPE, existente desde 1991, que exerce um papel fundamental em busca de recursos através de submissão de projetos em editais, parcerias e outros subsídios. Outro destaque é o Conselho Curatorial do MEPE, cujo apoio é essencial nas decisões das ações desenvolvidas pelo Museu. Dentre as ações realizadas uma delas mais recente foi o projeto da exposição de longa duração “Pernambuco, Território e patrimônio de um povo”, apontada a seguir.

## 2.2 A exposição “Pernambuco, Território e Patrimônio de um povo” e a coleção “Xangô Pernambucano”

Diante da diversidade e complexidade que é a constituição histórica e cultural do Brasil e, especificamente, do estado de Pernambuco, as exposições de longa duração são um dos principais pilares de construção de conhecimento junto ao visitante deste museu. De 2010 a 2021 foram mais de 50 exposições realizadas no MEPE. Em 2017 a exposição “Pernambuco território e patrimônio de um povo”, com curadoria dos antropólogos Raul Lody e Renato Athias, teve o objetivo de fazer um percurso narrativo e cronológico da formação cultural de Pernambuco através da história. Cada núcleo expositivo apresenta elementos históricos e culturais que compõe essa multiculturalidade, característica da identidade pernambucana. A exposição é composta por 9 núcleos expositivos: Ecologia; arqueologia; povos tradicionais; pau brasil; ciclo do açúcar; período holandês; colonização portuguesa; Xangô Pernambucano e patrimônios culturais. Tem como objetivo essencial de difundir e preservar a memória e o patrimônio material e imaterial de Pernambuco.

Dentre as coleções que estão presentes na exposição “Pernambuco território e patrimônio de um povo”, duas singulares coleções de caráter etnográfico se destacam

pelas suas origens, são elas: a coleção “Carlos Estevão de Oliveira”<sup>12</sup> e a coleção “Culto afro-brasileiro – Um Testemunho do Xangô Pernambucano”. Estas coleções têm diferentes origens étnicas e formas distintas de etnografias, porém com a mesma função de se tornarem objetos musealizados e bens culturais.

[...] os antropólogos passaram a se interessar por etnografar os museus como sintomas de práticas sociais e espaços de poder conjugados a regimes de valor que convertem artefatos em bens consagrados (lógicas colecionistas); expressões culturais e modos de fazer em “bens patrimoniais”; rituais em performances públicas; pessoas em “representantes” e “portavozes” de etnias e comunidades. (Abreu; Athias; Lima, 2016. p.7).

A coleção “Culto Afro-brasileiro – Um Testemunho do Xangô Pernambucano” é formada por 307 objetos detentores de uma importante memória histórica do povo negro e religiosidades de matrizes africanas, fundamental para a formação cultural pernambucana (Lody, 1983). No Núcleo “Xangô Pernambucano” estão expostos 86 objetos desta coleção que narram através da ancestralidade do povo negro e a cultura material dos terreiros, o contexto histórico de repressão e resistência ocorrido no século XX (Lody et al., 2021, p. 84). As trajetórias históricas dos terreiros de Pernambuco possuem a particularidade de terem nas suas origens, em sua maioria, o Orixá Xangô como principal regente.

Na época da repressão até o início dos anos 2000, em Pernambuco, os cultos de matrizes africanas eram conhecidos por xangô pernambucano. Há quem justifique a denominação do culto africano em Pernambuco “Xangô”, por conta da grande popularidade do Orixá Xangô entre os negros do Estado. (Alves, 2018, p. 15).

Isto justifica o nome atribuído a esta coleção, que foi trazida para o Museu no ano de 1940, oriunda da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Neste período, na gestão do MEPE, estava o diretor Dr. Olímpio Costa Júnior<sup>13</sup>. Os objetos desta Coleção advêm de todo um contexto histórico brasileiro, transcorrido durante o período a proibição e criminalização das práticas religiosas de matrizes africanas. São objetos originários de terreiros do Recife e região, que foram violentamente espoliados dos terreiros pela polícia nas primeiras décadas do século XX.

<sup>12</sup> Coleção doada ao Museu do Estado no ano de 1947, formada por mais de 3.000 peças, que foram coletadas pelo naturalista pernambucano Carlos Estevão de Oliveira entre os anos de 1908 a 1946 (LODY et al., 2021, p. 93-96).

<sup>13</sup> O Dr. Olímpio Costa Júnior foi diretor do Museu do Estado do ano de 1938 a 1944.

“Inequivocamente, a coleção 'Culto Afro-Brasileiro - Um Testemunho do Xangô Pernambucano' apresenta, hoje, um valioso conjunto de objetos que passaram pelos seus espaços sagrados e que assumiram suas marcas religiosas para importantes momentos da vida dos terreiros de Xangô.” (Lody, 1983, p. 17).

Outro conjunto de bens culturais procedente da mesma origem da coleção Xangô, faz parte do acervo do Centro Cultural São Paulo – CCSP, o acervo Mário de Andrade, as coleções estão disponíveis no Museu Afrodigital<sup>14</sup>, que em parceria com o Museu da Abolição – MAB realizaram o projeto “Repatriação digital”, com o objetivo de inventariar e digitalizar todos os bens advindos de terreiros do Recife que foram confiscados no período de perseguição e violência às religiões afro-brasileiras. Essa iniciativa revela a história acerca dos objetos, do povo de terreiro e da sua religiosidade como fonte de pesquisa e preservação da memória histórica e cultural dos terreiros de Xangô pernambucano. “Esta, talvez, a maior contribuição: possibilitar o conhecimento sobre episódios do passado, que não devem ser esquecidos, para que evitemos que ele se repita no presente e no futuro.” (Museu Afrodigital, 2017).

Durante a década de 1930 no governo presidencial de Getúlio Vargas, e no período do governo de Agamenon Magalhães em Pernambuco, contraditoriamente a Constituição de 1937<sup>15</sup>, em vigência decretava liberdade de culto às religiões, porém não era essa a realidade da época.

É importante lembrar que as restrições à prática de religiões de origem africana no Brasil não se iniciaram a partir da implantação do Estado Novo. Porém foi nessa época que o Estado exerceu uma ação mais controladora a essas formas de manifestações religiosas. Esses grupos, desde 1930, para poderem funcionar, eram obrigados a solicitar registro especial dos departamentos de polícia local. A polícia tornou-se o principal agente de repressão durante o período e recebeu carta branca para tratar daqueles que foram considerados como inimigos do Estado. Invadiu e fechou terreiros, confiscou objetos rituais e, muitas vezes, prendeu os participantes. (Campos, 1999, p. 67)

Perseguições ao culto religioso de matrizes africanas aconteceram desde a chegada dos povos africanos ao Brasil, onde foram vítimas do tráfico humano. Diante

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.museuafrodigital.com.br/repatriacaodigital/> Acesso em: 01 ago. 2022.

<sup>15</sup> Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937. Art 122, 4º) Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum, as exigências da ordem pública e dos bons costumes. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm) Acesso em: 01 ago. 2022.



da imposição do catolicismo sobre as suas crenças e seus descendentes, os negros expatriados e espoliados de suas culturas, como se conhece na história do Brasil, os povos que foram escravizados sofreram epistemicídios<sup>16</sup> desde a época da colonização. Diante dessa realidade, devido às proibições das suas práticas religiosas e perseguições recorreram a hibridização das suas crenças sob influências cristãs da religião católica ocasionando o sincretismo religioso, como meio de preservação das suas crenças. Associaram as atribuições de seus orixás aos santos católicos, muitas vezes como disfarces de seus cantos, danças e rituais.

A verdade é que o Brasil, como sociedade ocidental, não nasceu como uma democracia religiosa. Não é necessário que se vá muito longe na história do nosso país para entender que a intolerância religiosa e a farsa da laicidade têm como origem o colonialismo. Desde a invasão pelos portugueses, a religião cristã foi usada como forma de conquista, dominação e doutrinação, sendo a base dos projetos políticos dos colonizadores. (Nogueira, 2020, p. 20).

As religiões afro-brasileiras foram erroneamente classificadas como charlatanismo, curandeirismo, baixo espiritismo e magia. E assim na década de 1930, com a implantação do estado ditatorial do presidente Getúlio Vargas, a violência contra o povo de terreiro foi muito intensa. A perseguição continua com a implantação do código penal pelo Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, no capítulo III, dos crimes contra a saúde pública, nos artigos 283 e 284 refere:

Charlatanismo

Art. 283. Inculcar ou anunciar cura por meio secreto ou infalível:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa, de um a cinco contos de réis.

Curandeirismo

Art. 284. Exercer o curandeirismo:

I - prescrevendo, ministrando ou aplicando, habitualmente, qualquer substância;

II - usando gestos, palavras ou qualquer outro meio;

III - fazendo diagnósticos:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos.

Parágrafo único. Se o crime é praticado mediante remuneração, o agente fica também sujeito à multa, de um a cinco contos de réis.<sup>17</sup>

<sup>16</sup> Epistemicídio é um termo criado pelo sociólogo e estudioso das epistemologias do Sul Global, Boaventura de Sousa Santos, para explicar o processo de invisibilização e ocultação das contribuições culturais e sociais não assimiladas pelo 'saber' ocidental. Esse processo é fruto de uma estrutura social fundada no colonialismo europeu e no contexto de dominação imperialista da Europa sobre esses povos. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/epistemicidio-e-o-apagamento-estrutural-do-conhecimento-africano/>. Acesso em: 11 dez. 2021.

<sup>17</sup> BRASIL. Decreto-Lei Nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 05 nov. 2021.

Como era considerado crime de saúde pública, pessoas que praticavam a religiosidade afro-brasileira, dita como “baixo espiritismo”, foram consideradas charlatãs, curandeiras e que possuíam doenças mentais. Com influência da política higienistas<sup>18</sup>, no próprio estado de Pernambuco, o então governador Agamenon Magalhães respaldava a repressão a religião e seus praticantes, com o apoio da imprensa local e da comunidade médica através do Serviço de Higiene Mental e dos Boletins de Higiene Mental<sup>19</sup>. Assim, a perseguição ao povo negro e sua religiosidade se intensificou durante os anos do Estado Novo liderado pelo presidente Getúlio Vargas<sup>20</sup>.

### 2.3 A Educação Museal no Museu do Estado de Pernambuco

O Setor educativo dos museus tem função primordial na dinâmica de ações oferecidas ao público visitante. É um setorial aparentemente micro, porém um complexo imprescindível na linha de frente dos museus que constitui o macro de uma instituição museal. Neste âmbito institucional a função do educativo é a comunicação e a educação, ou seja, criar meios para que o público visitante construa conhecimentos e reflexões críticas, através da sua interação com o patrimônio cultural e/ou exposições. Diante disso, a educação museal é o alicerce para as práticas educativas em museus.

[...] a Educação Museal é uma peça no complexo funcionamento da educação geral dos indivíduos na sociedade. Seu foco não está em objetos ou acervos, mas na formação dos sujeitos em interação com os bens musealizados, com os profissionais dos museus e a experiência da visita.

<sup>18</sup> A política higienista no Brasil teve início na metade do século XIX e início do século XX. Se trata de um movimento científico e político adotado por médicos e outros profissionais da época que correlacionou os problemas de saúde pública e sanitárias uma relação entre doenças, ambiente e sociedade, com base na eugenia e no racismo.

<sup>19</sup> O Serviço de Higiene Mental (SHM) foi criado pelo médico Ulysses Pernambucano. O Boletim de Higiene Mental era o meio de divulgação com publicações dos resultados produzidos pelo SHM. Essa instituição pretendia, em seu funcionamento, ser capaz de reduzir as diferenças, reprimir os vícios, extinguir as irregularidades. Ela se propõe a denunciar tudo o que se opõe àquilo que consideravam as virtudes da sociedade: a devassidão, mau comportamento, a perversidade dos costumes, a preguiça, enfim, os males que interpenetram a loucura. (Campos, 2001. p. 58).

<sup>20</sup> Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja (RS); Diplomou-se bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1907; Em 1930 candidatou-se à Presidência da República pela Aliança Liberal e, não sendo eleito, tomou o poder através da Revolução de 30, assumindo a chefia do Governo Provisório de 1930 a 1934. Getúlio Vargas deu um golpe de estado, instaurando a ditadura do Estado Novo que o manteve no poder até 1945. Disponível em: <http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/103-getulio-vargas> Acesso em: 07 abr. 2023.

Mais do que para o “desenvolvimento de visitantes” ou para a “formação de público”, a Educação Museal atua para uma formação crítica e integral dos indivíduos, sua emancipação e atuação consciente na sociedade com o fim de transformá-la (PNEM, 2018. p. 74).

O Setor educativo do MEPE é composto por uma equipe, com duas coordenadoras, um supervisor e estagiários que atuam com as funções de atendimento ao público, desenvolvimento de projetos e ações educativas, mediações e pesquisas. O educativo MEPE criou uma normativa interna, onde desenvolveu objetivos para nortear seus projetos e atividades educativas, são eles:

- Difundir a memória, história e cultura do Estado de Pernambuco;
- Contribuir para a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural;
- Construir conhecimentos junto ao público através das exposições, ações educativas e fruição da arte;
- Propagar o conhecimento sobre a trajetória histórica e cultural dos 92 anos do Museu do Estado de Pernambuco;
- Dinamizar a instituição museológica com ações educativas;
- Acolher o público em toda sua diversidade com acessibilidade, inclusão e representatividade;
- Incentivar o público a desenvolver o hábito cultural de visita aos museus e participação de ações promovidas pelas instituições museológicas;
- Possibilitar ao público a possibilidade de explorar o potencial educativo do MEPE.

A experiência cotidiana vivenciada dentro da instituição é um tanto complexa no âmbito de estratégias de convivência com a heterogeneidade de público e sua demanda. A mediação cultural é um dos papéis exercidos pelos educadores de museu no processo da práxis educativa. É na experiência de mediar a interação do espectador com as exposições, que se identifica a relação cultural dos visitantes (a partir da sua realidade) com os objetos musealizados. Neste viés, Waldisa Russio afirma que

O objetivo da museologia e da pesquisa museológica é o conhecimento claro e intenso do fato museal (relação profunda entre o homem e o objeto) e da condição, do enclave no qual ele se realiza (museu), dentro de um contexto, uma visão espacial e temporal e das perspectivas e prospectivas do homem e da sociedade. (Russio, 2010, p. 133).

O público visitante estabelece uma relação cultural com os objetos expostos a partir das suas experiências pessoais, que podem ser de afinidade, curiosidade como também, de rejeição e preconceito. Diante do acervo, o visitante tem a possibilidade de construir sua própria consciência de pertencimento a uma cultura, ou seja, sua identidade cultural.

Analisando especificamente a relação dos visitantes com a exposição "Xangô Pernambucano", Parte do público visitante, diante de objetos de culto afro-brasileiros manifesta desprezo, preconceito e intolerância religiosa, persistentemente arraigada na sociedade. Esses visitantes estigmatizam e julgam os objetos pejorativamente como "de macumba" ou "coisa do diabo". A jornalista e pesquisadora Marileide Alves sobre a Coleção, relata que:

Para conhecer a Coleção Xangô e compreender a simbologia deste legado é preciso se despir de conceitos preestabelecidos sobre os cultos de matrizes africanas. Na visita ao acervo para escrever este texto fiquei impressionada com o preconceito arraigado no público. Conversando com os monitores, descobrimos que muitas pessoas que visitam o museu não têm interesse em conhecer a Coleção Xangô. Muitas passam direto pela exposição. Outras criticam os objetos. Algumas ainda dizem que as imagens dos orixás Iemanjá e Orixalá parecem "bonecos de filmes de terror" (Lody et al., 2021, p. 91)

Há uma forte influência das raízes coloniais no conceito estético e religioso, através da arte erudita, das religiões cristãs na cultura brasileira. As imposições religiosas, sociais e políticas eurocêntricas deixaram um legado cultural para a sociedade brasileira, carregado de preconceito e discriminação racial e religiosa, dessa forma perpetua a limitação do olhar e conhecimentos sobre a cultura dos terreiros e as heranças culturais africanas. A educação é o caminho para desconstruir o racismo estrutural que assenta os preconceitos diante das religiões e objetos de culto afro-brasileiro.

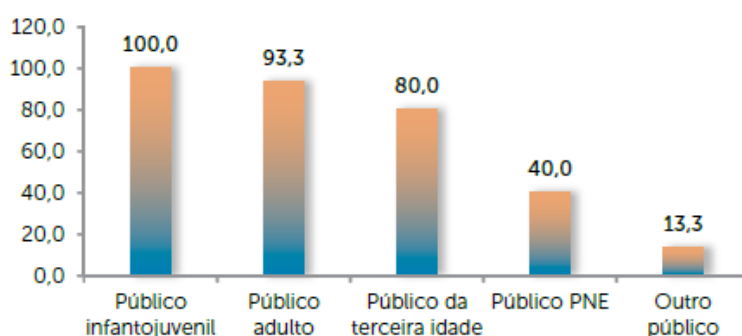
## 2.4 Público visitante do Museu do Estado de Pernambuco

Para a compreensão e execução de efetivas ações que favoreçam os espaços museais é preciso realizar registros e estudos e estatísticos de público visitante dos museus. Há complexas questões que envolvem o estudo de público, que abrange

características simples como: localidade, dias e horários de funcionamento, como também dados mais complexos como: políticas culturais (gestão e recursos), programações adotadas, meios de divulgação, e demais informações que tem influência tanto no atrativo de público, como na identidade de cada museu. O IBRAM enfatiza que “tais informações são estratégicas para o monitoramento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do setor”<sup>21</sup>.

No estado de Pernambuco, segundo as estatísticas realizadas pelo IBRAM publicada em 2010, o maior público visitante dos museus pernambucanos é o público infanto-juvenil, esse dado induz a concluir que pode estar relacionado as visitas de instituições escolares, a ser o público de maior visitação no período dessa pesquisa.

Gráfico 1 – Porcentagem (%) de museus segundo segmento de público atendido pelo setor ou divisão de ação educativa, Pernambuco, 2010



Fonte Museus em números v.2. - IBRAM, 2011.

Nesse sentido, existem as variantes do perfil de cada museu como o público alvo devido a sua localização, tipologia de acervo, ações e atividades oferecidas ao público, vínculo institucional, recurso de transporte para público escolar, gratuidade de acesso e demais demandas que o público necessita. Em 13 anos passados desde esta última estatística do IBRAM, se faz necessário conhecer a atual conjuntura dos museus neste viés estatístico, já que as políticas públicas, principalmente a economia e as políticas culturais do país, passaram por mudanças de governos, que afeta e define veementemente o comportamento da população. No qual incluem os hábitos culturais, educação e o público usuário de espaços museais.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/noticias/formulario-de-visitacao-anual-esta-disponivel-para-preenchimento> Acesso em: 06 abr. 2023.

Os dados a seguir foram coletados pelo setor Educativo do MEPE referente ao quantitativo de público dos últimos 07 anos, onde a partir dessa estatística, possibilita conhecer melhor qual o perfil do público que frequenta o Museu e que esteve e está tendo acesso à cultura, quais as suas necessidades e especificidades de comunicação e comportamento.

Abaixo as tabelas de quantitativo de público dos anos de 2015 à 2021, estão organizadas por anos, meses e classificação de público visitante. O público escolar se refere as intuições de ensino formal, não formal e informal, públicas e privadas, todas visitasões de grupos agendados com intuitos educativos pedagógicos. O público local é considerado os moradores da região metropolitana do Recife e municípios do interior do estado de Pernambuco. O público nacional são os visitantes residentes de todos os outros estados brasileiros, assim como o público internacional se refere aos visitantes residentes em outros países.

Quadro 1 – Visitação MEPE 2015-2018

<b>Planilha de Visitação MEPE - 2015 a 2018</b>					
<b>ANO</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>TOTAL DE CLASSIF. DE VISITANTES</b>
PÚBLICO ESCOLAR	<b>3.299</b>	<b>5.191</b>	<b>2.065</b>	<b>2.958</b>	<b>13.513</b>
PÚBLICO LOCAL	<b>9.817</b>	<b>8.630</b>	<b>8.511</b>	<b>4.529</b>	<b>31.487</b>
PÚBLICO NACIONAL	<b>877</b>	<b>414</b>	<b>654</b>	<b>491</b>	<b>2.436</b>
PÚBLICO INTERNACIONAL	<b>255</b>	<b>250</b>	<b>125</b>	<b>145</b>	<b>775</b>
<b>TOTAL ANUAL</b>	<b>14.248</b>	<b>14.485</b>	<b>11.355</b>	<b>8.123</b>	<b>48.211</b>

Fonte: Arquivo setor Educativo MEPE.

Quadro 2 – Visitação MEPE 2019

<b>2019</b>	<b>TOTAL VISIT.</b>
<b>Público Escolar</b>	3220
<b>Público Local</b>	7221
<b>Público Nacional</b>	510
<b>Público Internacional</b>	90
<b>TOTAL ANUAL</b>	<b>11.041</b>

Fonte: Arquivo setor Educativo MEPE.

Quadro 3 – Visitação MEPE 2020

<b>2020</b>	<b>JAN</b>	<b>FEV</b>	<b>MAR</b>	<b>ABR – AGO</b>	<b>SET</b>	<b>OUT</b>	<b>NOV</b>	<b>DEZ</b>	<b>Total/mês</b>
<b>Público Escolar</b>	32	0	137	<b>Fechado devido a Pandemia da COVID-19</b>	0	0	10	0	179
<b>Público Local</b>	1.540	472	135		72	207	325	248	2.999
<b>Público Nacional</b>	45	41	14		0	1	4	7	112
<b>Público Internacional</b>	6	29	7		1	0	2	0	45
<b>TOTAL ANUAL</b>	<b>1.623</b>	<b>542</b>	<b>293</b>	<b>0</b>	<b>73</b>	<b>208</b>	<b>341</b>	<b>255</b>	<b>3.335</b>

Fonte: Arquivo do setor Educativo MEPE.

Quadro 4 – Visitação MEPE 2021

<b>2021</b>	JAN	FEV	MAR	ABR-JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total/mês
Público escolar	0	0	0	<b>Fechado devido a Pandemia da COVID-19</b>	0	0	0	57	83	0	140
Público local	296	166	30		132	251	706	850	486	506	3.423
Público nacional	20	16	10		10	11	8	0	2	30	107
Público internacional	1	4	4		2	2	0	0	2	6	21
<b>TOTAL ANUAL</b>	<b>317</b>	<b>186</b>	<b>44</b>	<b>0</b>	<b>144</b>	<b>264</b>	<b>714</b>	<b>907</b>	<b>573</b>	<b>542</b>	<b>3.691</b>

Fonte: Arquivo do setor Educativo MEPE.

O método de coleta dos dados estatísticos de público visitante é realizado de forma manual. A contagem do fluxo de visitação é registrada no caderno de controle de público diariamente e dividido por turnos manhã e tarde. Posteriormente, todas as informações são repassadas para o sistema digital/virtual numa frequência mensal. Neste quantitativo diário são registrados o público escolar e de outras instituições, público espontâneo local, nacional e internacional, pagantes e isentos, ou seja, todos que visitam sem exceção. O fechamento do fluxo de entradas acontece a cada turno assegurando assim o real quantitativo de visitantes diários. Nos eventos educativos como palestras ou encontros e abertura de exposições, também se faz uma contagem do quantitativo de pessoas nesses eventos através de atas ou contagem manual na recepção do Museu. Os dias e horários de funcionamento são determinantes dos números obtidos na contagem e tipos de público frequentadores dos museus. Nesse sentido, vale levar em consideração que nas segundas-feiras o MEPE é fechado ao público, como a maioria das instituições museais. O MEPE é aberto para visitação de terça à sexta-feira, no horário das 11h às 17h ao público não agendado, desde a reabertura no curso da pandemia da COVID-19, em setembro de 2020. Anteriormente, o Museu abria ao público das 09h às 17h, de terça a sexta-feira. Nos sábados e domingos o horário permaneceu o mesmo, das 14h às 17h. Para os grupos visitantes agendados (escolas e outras instituições), o horário é a partir das 9h, de terça a sexta-



feira. Segundo o IBRAM, em sua análise sobre o público dos museus brasileiros, grifa que:

Os dias de abertura ao público podem influenciar no perfil dos visitantes e em seu quantitativo. Visto que a maioria das instituições permanece fechada nos finais de semana, os dados obtidos sugerem que os dias em que os museus permanecem abertos coincidem com os de funcionamento das instituições de ensino. De fato, essa aproximação é fundamental, considerando a importância das relações entre museu e escola. Entretanto, entende-se que o funcionamento dos museus aos finais de semana facilita a visita da população economicamente ativa e ocupada, que possui atividades concentradas nos dias úteis. Para esse público, sábados e domingos normalmente podem ser dedicados às atividades culturais e ao lazer de modo geral. (Instituto Brasileiro de Museus, 2011a, p. 85).

Entre os anos de 2015 até 2018, como demonstra no quadro 1, houve uma redução gradativa dos números total da visita anual, com uma redução mais acentuada em 2018, assim como oscilações nas classificações de público visitante. Observa-se que se mantém como o predominante o público local, seguido pelo público escolar. Os turistas nacionais e internacionais são os grupos de menor frequência no MEPE como se constata na estatística do público visitante. No quadro 2, público local no ano de 2019, constata-se que ocorreu uma retomada do crescimento de todos os tipos de visitantes, e mantendo os mesmos parâmetros dos anos anteriores, com predominância do público local.

Fatores como o fechamento da instituição durante meses, por razão da pandemia, e as outras consequências desse mesmo fato, acarretaram as alterações dos horários e sobretudo, na drástica diminuição das visitas. Em 2020 o MEPE suspendeu as atividades de visita a partir do mês de março, devido a medida de distanciamento e isolamento social. O período de quarentena deixou o museu fechado ao público durante 5 meses, reabrindo no mês de setembro deste mesmo ano. Em 2021, com o retorno do crescimento da contaminação e mortes pela COVID-19, o Museu tornou a fechar por mais de três meses, entre março e junho. Como consequência de todo esse período e processo de medidas preventivas de propagação do vírus, com obviedade sendo extremamente pertinente e necessária, o Museu fechou o ano de 2020 e 2021, respectivamente, com o total de 3335 e 3691 visitantes.

Nos quadros 3 e 4, referente aos anos de 2020 e 2021, observa-se o baixo número do público escolar. As instituições escolares permaneceram, neste período,

com aulas na modalidade remota, via internet, causando assim uma queda no quantitativo de visitas presenciais de grupos escolares e outras instituições que são realizadas através de agendamentos prévios. Diante dos parâmetros observados nos quantitativos de públicos entre 2015 à 2021, com destaque ao levantamento dos números durante a pandemia, demonstram quanto o setor da cultura foi abalado nos últimos anos, portanto a necessidade de analisar para repensar formas de recuperação das consequências todo o impacto sofrido pelo Museu nesse período pandêmico.

Todas as informações coletadas contribuem para além de documentar a trajetória histórica desta instituição, mas também oportuniza a pesquisa sobre quais públicos podemos atingir com ações educativas, com o objetivo de proporcionar mais acesso à cultura e produção de conhecimentos acerca do patrimônio cultural, a arte e a história. Ademais, essas estatísticas de público visitante da instituição contribuem para fomentar a argumentação junto a gestão, a fim de criar e realizar novos projetos educativos e justificar a necessidade de manter e/ou aumentar o quadro de profissionais para assumir as demandas de comunicação e educação museal, campos fundamentais nesse processo, e que serão discutidos no capítulo a seguir.

### **3 Olhares em perspectiva: a educação museal e o contexto educador, exposição e visitante**

A comunicação museológica acontece, dentre outras configurações, por meio das exposições e do acolhimento do público visitante, e neste processo comunicacional as exposições são o cenário onde se realiza a interação entre o público e o objeto musealizado. Nesse sentido, a museóloga Waldisa Russio (2010, p.139) ressaltou que “uma exposição é uma mensagem (de alguém para outrem) transmitida através dos objetos. Uma exposição é um discurso e, portanto, pode assumir caráter narrativo, descritivo, interpretativo ou explicativo; sendo discurso, pode ser predominantemente científica, estética ou poética.” (Guarnieri, 2010, p.139). Diante desta premissa, o termo “comunicação” implica num processo entre, minimamente, duas partes envolvidas um emissor e um receptor e, nesse viés da comunicação museal observa-se que:

O termo possui duas acepções usuais, que encontramos em diferentes níveis nos museus, que variam se o fenômeno for recíproco ( $E \leftrightarrow C \leftrightarrow R$ ) ou não ( $E \rightarrow C \rightarrow R$ ). No primeiro caso, a comunicação é dita interativa, no segundo ela é unilateral e dissipada no tempo. Quando a comunicação é unilateral e opera no tempo, e não apenas no espaço, é chamada de transmissão (Debray, 2000). No contexto dos museus, a comunicação aparece simultaneamente como a apresentação dos resultados da pesquisa efetuada sobre as coleções (catálogos, artigos, conferências, exposições) e como o acesso aos objetos que compõem as coleções (exposições de longa duração e informações associadas). Esta perspectiva vê a exposição não apenas como parte integrante do processo de pesquisa, mas, também, como elemento de um sistema de comunicação mais geral, compreendendo, por exemplo, as publicações científicas. (Desvallées; Mairesse, 2013, p. 35)

A Museografia implica diretamente na comunicação com o público, devido ao processo direcionado às práticas do cotidiano de um museu, sejam nos aspectos administrativos, organizacionais, estruturais, bem como conceituais na construção das narrativas curatoriais que implica em escolhas do que será exposto, e como será a comunicação através das expografias e a interação com o público. A partir deste pressuposto (Desvallées; Mairesse, 2013) assegura que “Atualmente, a museografia é definida como a figura prática ou aplicada da museologia, isto é, o conjunto de técnicas desenvolvidas para preencher as funções museais, e particularmente aquilo que concerne à administração do museu, à conservação, à restauração, à segurança e à exposição.” E neste mesmo entendimento, Marília Xavier Cury afirma:

No ternário HOMEM, OBJETO E MUSEU o museu adquire uma posição fundamental, pois se constitui no cenário que permite a relação entre o homem e a realidade de uma forma particular. O museu é um cenário construído e sua construção processual denomina-se museografia. A museografia abrange toda a prática da instituição museu, compreendendo administração, avaliação e parte do processo curatorial (aquisição, salvaguarda e comunicação). (Cury, 2008, p. 273)

A exposição "Xangô Pernambucano" tem uma expografia que se configura num espaço com medida em torno de 30m<sup>2</sup>, contendo um texto de apresentação do núcleo expositivo, 4 vitrines com objetos da coleção, uma instalação ao centro com Ilús (instrumento percussivo), um vídeo com o depoimento do Babalorixá Manoel Papai da casa Ilê Obá Ogunté, conhecido como Sítio ou Terreiro de Pai Adão (Morim, 2014), fotografias e placas representativas de terreiros nas paredes entre as vitrines. Uma das vitrines expõe ex-votos em madeira de outra coleção intitulada "Coleção Lívio Xavier Filho", doada ao Museu em 1984, convidando para o diálogo da relação sincrética presente na cultura da religiosidade afro-brasileira.

Dentre as exposições do MEPE, o "núcleo Xangô" (forma como a equipe educativa se refere ao núcleo), é um ambiente totalmente acessível através do recurso de audiodescrição, utilizado por pessoas com deficiência visual e demais visitantes que quiserem ou necessitarem desse instrumento de acessibilidade. A audiodescrição apresenta todos os objetos expostos na sala, com o objetivo de dar autonomia, aos mais diversos visitantes, de transpor a imagética afro religiosa, e assim favorecer para o conhecimento desta cosmogonia afro-brasileira. O PNEM reforça que:

Museus, centros culturais e espaços educativos, quando acessíveis, devem proporcionar a comunicação para todos os seus usuários, permitindo que cada um possa usar seus próprios sentidos de maneira independente. A igualdade de condições para usufruir do espaço e do que está sendo apresentado e exposto é uma necessidade primordial. O contrário seria uma indesejada exclusão social. (PNEM, 2018. p. 59).

Este núcleo expositivo se tornou acessível desde março de 2022, através de um projeto da empresa Comacessibilidade, que facilitou o "Curso de Formação de Audiodescritores para Museus: construindo acessos para pessoas com deficiência visual" que contemplou 5 museus e apresentou como resultado um ambiente acessível nesses museus, no qual inclui o MEPE. A escolha do ambiente foi mérito da equipe de alunas do curso que ficaram responsáveis pela audiodescrição de um ambiente do MEPE, em diálogo com direção deste Museu.

O conceito da exposição evidencia a cultura material do Xangô em Pernambuco e narra a sua trajetória histórica, difundindo a memória que reverberam dos objetos espoliados dos terreiros que sofreram repressão do governo Vargas. São objetos com valores estéticos, antropológicos, religiosos, símbolos de representação dos orixás e os cultos e rituais sagrados desta religiosidade.

Reunindo 307 peças em madeira, tecido, folha-de-flandres, ferro, cerâmica, gesso, couro, palitos de dendezeiro, cabaças, chifres, conchas, cascos de tartaruga, entre outros tipos de materiais, temos a coleção "Culto Afro-Brasileiro - Um Testemunho de Xangô Pernambucano", acervo que revela técnicas, formas, usos e, principalmente, a marca determinante do estilo de culto desenvolvido nos terreiros do Recife, na época em que tantos objetos foram tomados dos seus espaços sagrados pela repressão policial, na década de quarenta. Hoje, tão valioso conjunto de peças atesta a vida religiosa dos Xangôs, e como cada objeto representa a sua intenção de Culto, incluindo-se níveis de marcante sincretismo com imagens de santos católicos integradas à compreensão ritual do deus africano, e como este se apresenta, visualmente, em seus objetos, nos terreiros de Xangô. Ao mesmo tempo, o abebê em latão dourado é Oxum, como também a imagem em gesso policromado de N.S. do Carmo é Oxum. (Pernambuco, 1983, p. 15).

Tendo em vista a museografia desta exposição, é relevante refletir sobre a necessidade de dar visibilidade as diversas possibilidades de abordagens narrativas devido ao potencial representativo, simbólico e socioeducativo desta coleção. É de suma importância a educação cultural afro-brasileira na atuação efetiva de transformação social, na luta contra o racismo estrutural e religioso e, a fim de contribuir para o reconhecimento da cultura negra pernambucana, conhecimento das especificidades dos grupos sociais envolvidos e ação de combate à violência e atentados contra os terreiros e suas comunidades.

### 3.1 A educação museal e os desafios dos educadores na prática de mediação cultural

Quando se pensa nas exposições dos museus, independente das tipologias de museus e caráter das exposições, já é implícito que expor remete a emitir uma mensagem, mostrar, problematizar e provocar uma comunicação e reflexão. A interação entre o expectador e o objeto ou conteúdo exposto, seja tangível ou intangível, com o intermédio dos educadores do museu, é uma ação essenciais para a desconstrução de crenças limitantes, transformar o olhar e para a apropriação de novos saberes. Neste sentido, A problematização fundamental desta pesquisa são as experiências vivenciadas pelos mediadores do MEPE na exposição "Pernambuco

Território e patrimônio de um povo”, com foco direcionado para o núcleo “Xangô Pernambucano”.

Antes de adentrar as questões acerca da prática educativa das mediações proeminente aos estudos desta pesquisa, vale destacar e situar um breve histórico da jornada da constituição da educação museal no Brasil. O percussor da educação museal no Brasil é mérito do antropólogo Roquette-Pinto<sup>22</sup>, que nas suas multipotencialidades, se dedicou a implantar práticas educativas no Museu Nacional, onde atuou como pesquisador no campo etnográfico, realizou atividades atribuídas a museologia como catalogação, inventário e exposições, e sobretudo no campo educacional.

As ações educativas pensadas e implementadas no espaço museal emergiram como atividade de um setor educativo institucionalizado no Brasil em 1927, com o surgimento do então Serviço de Assistência ao Ensino do Museu Nacional, criado por Roquete Pinto. O Serviço tinha como missão auxiliar o desenvolvimento de práticas educativas que colaborassem com o aprendizado e com o currículo escolar. (PNEM, 2018, p. 14)

Após esse primeiro referencial da trajetória da educação museal brasileira, sucederam diversas ações realizadas pelo ICOM na metade do século 20, como por exemplo o Seminário Internacional sobre o Papel dos Museus na Educação ocorrido em Nova Iorque no ano de 1952 e, posteriormente, veio a acontecer no Brasil. Desde esse evento a atenção foi direcionada a área da educação aplicada nas instituições museais. Dentre tantos eventos importantes para o campo museológico, um encontro de alta relevância para a educação museal promovido pelo ICOM, foi a Mesa-redonda de Santiago do Chile em 1972, que movimentou o cenário museológico com a discussão de novos paradigmas e formatos de museus em seus aspectos políticos, sociais, econômicos educativos e culturais. Despertou para a necessidade de “mutação” dos museus, refletindo o seu papel social e político dos museus e sua integração com a comunidade. A resolução adotada em Santiago considera que “Um serviço educativo deverá ser organizado nos museus que ainda não o possuem, a fim de que eles possam cumprir sua função de ensino; cada um desses serviços será dotado de instalações adequadas e de meios que lhe permitam agir dentro e fora do

---

<sup>22</sup> Edgar Roquette-Pinto (1884-1954), formado inicialmente em medicina, ingressou no Museu Nacional por meio da aprovação em concurso no ano de 1905 quando foi contratado para o cargo de assistente da Seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia da instituição. Foi aí que transcorreu parte significativa de sua carreira de antropólogo e onde permaneceu por cerca de 30 anos. Extraído de: [https://www.sbhc.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=1066](https://www.sbhc.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1066) Acesso em: 12 mai. 2022.

museu". (ICOM, 1972, p. 4). As discussões no campo da museologia estavam voltadas para transformações nos processos museais, no entanto os holofotes dos museus não poderiam ser mais direcionados somente para os objetos, as coleções ou acervos, mas lançar o olhar para o ser humano. Uma museologia social, a fim de integrar as pessoas da comunidade como participantes e não mais como espectadores passivos dos museus. Naqueles debates da Mesa Redonda houve uma forte influência do pensamento Freiriano<sup>23</sup> referente às novas vertentes sobre o conceito de patrimônio cultural e para a integração da comunidade aos museus. "Com método e ideias filosóficas atribuídas ao educador Paulo Freire, a Mesa de Santiago delineou um papel decisivo para Educação Museal, o que trouxe à tona o novo conceito de 'museu Integral'". (PNEM, 2018, p.14).

Os museus brasileiros desde a década de 1980 tiveram um significativo aumento no seu número e implementações de políticas públicas específicas para as instituições. "Existem, hoje, cinco vezes mais museus no Brasil do que havia na década de 1970 e duas vezes mais que no início da década de 1990." (IBRAM, 2011, p.59). Além da autarquia federal de preservação do patrimônio cultural, o IPHAN, cuja nomenclatura foi alterada diversas vezes desde a sua fundação em 1937, foi criado o Programa Nacional de Museus em meados da década de 80. Posteriormente, foi implantada a PNM - Política Nacional de Museus em 2003 e a criação do IBRAM em 2009. Um desdobramento a partir do documento da PNM foi a criação da REM - Rede de Educadores em Museus que se estendeu em diversos coletivos nos estados brasileiros, sem vínculos formais, sem fins lucrativos e organizados pelos profissionais envolvidos. Esta articulação dos educadores dos museus brasileiros junto ao IBRAM culminou na elaboração do documento de PNEM - Política Nacional de Educação Museal, que a princípio adotava o termo "programa", e adiante substituído por "política". O PNEM tornou-se o marco referencial para a educação em museus no Brasil.

Diante desse apanhado histórico, é perceptível que integração dos museus com a educação era diretamente relacionada com a educação formal, o conceito de educação em museus ainda era prematuro, fazendo dos museus uma extensão escolar. Essa relação escola - museu como continuação da sala de aula, ainda está

---

<sup>23</sup> Referente ao educador pernambucano Paulo Freire (1921-1997).

em transformação, tendo em vista os métodos pedagógicos adotados nas escolas e o programa educativo de cada museu.

A Educação Museal envolve uma série de aspectos singulares que incluem: os conteúdos e as metodologias próprios; a aprendizagem; a experimentação; a promoção de estímulos e da motivação intrínseca a partir do contato direto com o patrimônio musealizado, o reconhecimento e o acolhimento dos diferentes sentidos produzidos pelos variados públicos visitantes e das maneiras de ser e estar no museu; a produção, a difusão e o compartilhamento de conhecimentos específicos relacionados aos diferentes acervos e processos museais; a educação pelos objetos musealizados; o estímulo à apropriação da cultura produzida historicamente, ao sentimento de pertencimento e ao senso de preservação e criação da memória individual e coletiva. É, portanto, uma ação consciente dos educadores, voltada para diferentes públicos. (PNEM, 2018, p. 73)

O educador de museu exerce múltiplas funções na instituição e uma delas é trabalhar na perspectiva de comunicação com o visitante, cumprindo a função de mediação entre o espectador e o museu. Seja um objeto, uma exposição, um monumento, a arquitetura ou conteúdo virtual, o expectador se comunica com o conteúdo acessado no museu a partir das suas referências culturais e nesse sentido a mediação contribui para o visitante se apropriar de novos conhecimentos e ressignifica os conceitos desse conteúdo. “O educador de museu é um comunicador, aquele que articula a cultura material ao cotidiano do público, fazendo com que os processos educacionais tenham sentido para diferentes categorias de público” (Cury, 2013, p.19). A comunicação é a base da produção de conhecimento, é uma relação de diálogo, independente de qual e como seja realizado, porém não passiva. É uma via de mão dupla, ou seja, há reciprocidade entre as partes envolvidas, portanto se no museu ou em qualquer lugar, com objetivos educativos, houver comunicação através de diálogos, discussões, troca de saberes, experiências, questionamentos e reflexões, a ação educativa se realiza, transformando o visitante fruidor do espaço museal da condição de passividade, tornando-o integrante ativo, crítico, reflexivo, questionador e construtor do próprio conhecimento.

Assim, considerando o ser humano como um ser histórico e social inserido em sua cultura, a mediação é compreendida como interação e diálogo que valoriza e dá voz ao outro, ampliando horizontes que levam em conta a singularidade dos sujeitos em processos educativos na escola ou fora dela. Podemos denominá-la como “mediação cultural”. (PNEM, 2018, p. 85)

Na ótica de Desvallées e Mairesse (2013), mediação é o ato de estar entre polos, estar no meio para reconciliar e intermediar, e assim motiva uma aproximação



entre as duas partes criando uma conexão e, no campo da cultura a apropriação do conhecimento. Portanto o papel do mediador cultural se torna intrínseco a educação museal, uma vez que a ação de mediar é um meio de comunicação e instrumento metodológico da apropriação e troca de saberes, ou seja, um formato educativo adotado pelos espaços culturais.

“Trata-se, então, de uma estratégia de comunicação com caráter educativo, que mobiliza as técnicas diversas em torno das coleções expostas, para fornecer aos visitantes os meios de melhor compreender certas dimensões das coleções e de compartilhar as apropriações feitas.” (Desvallées; Mairesse, 2013. p. 53).

### 3.2 Metodologia da pesquisa

A pesquisa realizada no campo empírico da instituição teve o objetivo de identificar os desafios dos educadores na prática de mediação na exposição "Xangô Pernambucano", para esse feito foi utilizada uma metodologia para coleta de dados uma entrevista semiestruturada (Neves, 2007), com roteiro previamente elaborado, planejada para entrevistar em torno de 07 estagiários (atuais e antigos) que exerceram e exercem a função de educadores e mediadores culturais. Foram entrevistados cinco ex-estagiários e dois estagiários atuais. O processo metodológico fundamentado na tipologia de pesquisa de Neves (2007) e Gil (2008), com o objetivo de uma pesquisa exploratória, em sua forma “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (Gil, 2008, p. 27). O trabalho teve um caráter explicativo, diante das análises realizadas a partir de entrevistas e questionários na abordagem qualitativa no procedimento de coleta de dados. As pesquisas explicativas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas (Gil, 2008, p. 27). Uma parte das entrevistas foram aplicadas entre janeiro e março de 2022 por meio digital / virtual (e-mail e aplicativo *whatsapp*). A outra parte em março de 2023, com dois estagiários atuais através de gravação de voz adicionadas à plataforma do *google drive*<sup>24</sup> acessível para consulta.

<sup>24</sup> [https://drive.google.com/file/d/1ReCWhib2K59PvsIhhlkwOwHLUteVUFZX/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1ReCWhib2K59PvsIhhlkwOwHLUteVUFZX/view?usp=drive_link)  
[https://drive.google.com/file/d/1SN4bUO5WYOvGfVb\\_zl2aKd13haJRXD/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1SN4bUO5WYOvGfVb_zl2aKd13haJRXD/view?usp=drive_link)

As questões elaboradas para a entrevista tiveram a finalidade de conhecer a realidade da prática de mediação a partir das impressões de cada educador em sua experiência de mediação com o público visitante do Museu e a relação deste com a exposição permanente e o núcleo Xangô. As perguntas:

1. Como foi/está sendo a sua experiência de mediação com o público visitante no MEPE?
2. Como foi/ como está sendo a sua experiência de mediação com o público visitante na Exposição Pernambuco Território e Patrimônio de um Povo?
3. Relate sobre sua experiência de mediação e a interação do público visitante com a exposição "Xangô Pernambucano".

### 3.3 Perfil dos entrevistados

Os respondentes são estagiários que cumprem e cumpriram um período de, no máximo, dois anos de estágio, no devido cumprimento das normas vigentes desta categoria. O perfil geral dos respondentes entrevistados são graduandos e graduados no curso de licenciatura em História, e bacharelado em Museologia, cinco são ex-estagiários e todos têm faixa etária em média de 20 a 27 anos. Os estagiários e estagiárias que estiveram atuando até o ano de 2022 são: Gabrielle Brito, graduanda em licenciatura em História na UFRPE, contratada em julho de 2021; João Victor Azevedo, graduando no curso de Bacharelado e Museologia na UFPE, contratado em setembro de 2019; Luiz Felipe de Santana, graduando no curso de licenciatura em História na UFRPE, contratado em julho de 2021; Victória Maria Silva, graduanda em licenciatura em História na UNICAP, contratada em julho de 2021. Os mais antigos estagiários são: Luiz Fernando Araújo, graduado no curso de Licenciatura plena em História pela UFPE e estagiou nos anos de 2018 e 2019. Rodrigo César Oliveira graduado no curso de Licenciatura plena em História pela UFPE e estagiou de 2017 a 2019. Os dois estagiários atuais são: Dayane Gomes, graduanda em licenciatura em História na UFRPE, contratada desde julho de 2021; Anthony Sampaio, graduando em licenciatura em História na UFRPE, contratado desde julho de 2022.

---

O perfil semelhante em relação ao curso de Licenciatura em história é devido a regras burocráticas de supervisão de estágio, a grande procura dos estudantes desta graduação por estágio no Museu, como também o turno dos cursos serem noturnos favorece a procura e a adequação ao horário de funcionamento do MEPE.

### 3.4 Análise dos conteúdos das entrevistas aplicadas: experiências de mediação no MEPE e exposição “Pernambuco, Território e Patrimônio de um povo”

O ponto de partida para esta análise são as respostas da primeira e segunda pergunta aplicadas que apontam os aspectos das devolutivas dos respondentes. A prática de mediação nos ambientes de visitação do museu e a interação com os visitantes, por meio do diálogo, foram consideradas como experiências positivas, sendo um ponto de concordância entre todos os respondentes. O relato da mediadora Gabrielle coloca como satisfatória essa diversidade de público que tem contato nas mediações.

Minha experiência como mediadora no Museu do Estado de Pernambuco, está sendo de grande relevância para a construção da minha base acadêmica, visto que durante as mediações eu consigo ter contato com diferentes tipos de público e de idade, tendo assim que sempre adequar a minha linguagem na hora da mediação. Essa modificação que tenho que fazer durante as mediações auxiliam na rapidez que eu tenho que ter ao lidar com diferentes perspectivas. (Gabrielle Brito)

Da mesma forma, o respondente Anthony ressalta:

A minha experiência como mediação com o público visitante do MEPE, ela é bastante desafiadora, sabe? No geral, eu consigo construir muita coisa boa ao longo da visitação, porque a gente recebe todo tipo de visitante, desde crianças até um público mais idoso.” (Anthony Sampaio)

O primeiro desafio que eles se deparam na mediação é a relação comunicacional com o visitante devido a heterogeneidade desse público no que tange a faixa etária, objetivo da visita, grupo social, conhecimento cultural e demais peculiaridades dos indivíduos.

De acordo com o respondente João Victor, “Geralmente há uma boa troca com os visitantes a partir do acervo exposto, sobretudo com grupos de turistas e escolas”. Da mesma forma o respondente Luiz Felipe explica sobre a troca de saberes entre ambas as partes:

“O contato com o público e a troca entre mediador e visitante é um importante veículo de construção pedagógica, tanto para o visitante quanto para o mediador que a partir desses momentos podem construir relações educacionais que enriqueceram suas vidas”.

Nesse viés, o educador e filósofo Paulo Freire (1987) define que a práxis educativa se realiza na ação e reflexão através do diálogo entre educador e visitante (educando), e assim construir conhecimentos dos conteúdos históricos culturais expostos, a fim de transformar a realidade. Freire enfatiza que

O fundamental, porém, é que a informação seja sempre precedida e associada à problematização do objeto em torno de cujo conhecimento ele dá esta ou aquela informação. Desta forma, se alcança uma síntese entre o conhecimento do educador, mais sistematizado, e o conhecimento do educando, menos sistematizado – síntese que se faz através do diálogo. (Freire, 1981, p. 44).

O respondente Luiz Fernando coloca que

“Ao longo do processo que fui mediador das exposições no MEPE, foi sempre bem enriquecedor (do ponto de vista pedagógico, profissional e pessoal) trabalhar com o público visitante. [...] o Museu recebe semanalmente visitantes avulsos, mas também escolas públicas e particulares. Isso compreende públicos de diversas faixas etárias, condições socioeconômicas e culturais e por conta disso, o discurso e as relações a partir das temáticas deveriam ser flexíveis e se adaptar as pessoas.”

A respondente Victória Maria expõe que “A mediação ao público visitante no MEPE, de forma geral, traz bastante aprendizado ocasionado pela troca de conhecimento”. Essa realidade, reafirma o processo de troca de saberes e efetiva, o lugar do visitante no museu, atuando como sujeito ativo. Segundo o conceito de Desvallées e Mairesse, sobre o objetivo da mediação, explanam que:

A mediação busca, de certo modo, favorecer o compartilhamento de experiências vividas entre os visitantes na sociabilidade da visita, e o aparecimento de referências comuns. Trata-se, então, de uma estratégia de comunicação com caráter educativo, que mobiliza as técnicas diversas em torno das coleções expostas, para fornecer aos visitantes os meios de melhor compreender certas dimensões das coleções e de compartilhar as apropriações feitas. (Desvallées; Mairesse, 2013, p. 53).

Outra colocação semelhante entre os respondentes foi o processo de caráter prático em relação aos aprendizados e conhecimentos adquiridos durante o cotidiano, tanto sobre o museu e seu acervo, bem como das diversas exposições de curta duração. Para a respondente Gabrielle “[...] ter contato com diversos tipos de

linguagens culturais nas diferentes exposições que o MEPE proporciona, também me fez compreender e abrir meu leque de conhecimento sobre a cultura e suas diferentes formas”. O respondente João Victor cita a relevância de adquirir conhecimentos sobre o acervo: “A experiência tem sido muito boa. Primeiro pelo fato de ser um aprendizado constante sobre um dos acervos mais diversificados de Pernambuco”.

O conhecimento construído segue em mão dupla na medida em que o mediador antes de ser classificado como emissor na comunicação museológica, também esteve e está no lugar de receptor desde o momento que antecede a prática de mediações, através dos estudos e conhecimentos prévios essenciais na preparação para as novas exposições e as já existentes. Assim como, não deixam de ser receptores nas experiências diárias. A exemplo da experiência citada por Luiz Felipe - “[...] como no dia que foi visitar o Museu um especialista em impressionismo, que a partir das obras de Telles Júnior, pude aprender sobre o movimento e suas características”. Na prática do estágio eles precisam se apropriar do conhecimento acerca de tudo que envolve o contexto do museu, história, coleções, exposições, mediação cultural e programas educativos, porém o aprendizado é contínuo, é um processo sempre em curso através de formações e pesquisas. Deste modo Marília Xavier Cury destaca que:

Comunicação é - diferentemente do que propõe o modelo hegemônico, mas falido - encontro, troca e negociação do significado da mensagem museológica. Essa concepção equilibra (sem a intenção de neutralizar) o poder dos polos emissor e receptor, pois os dois atuam como sujeitos do processo. Às vezes, os papéis se invertem: o emissor estrutura a mensagem a partir das características do público. Aqui ele é receptor antes de ser emissor. O receptor torna-se emissor ao apropriar-se da mensagem museológica, ressignificá-la e expressá-la no museu e em seu contexto cotidiano. (Cury, 2013, p.18).

As vertentes de discursos que podem ser abordados na mediação cultural abrem possibilidades para fazer delineamentos temáticos e problematizar questões culturais, sociais e políticas da história que reverberam na contemporaneidade. O respondente Luiz Fernando discorreu sobre as possibilidades de diálogos que enfatizam assuntos vigentes nas pautas sociais e políticas, problematizações que podem emergir na mediação a partir de subtemas da exposição Pernambuco, assim ocasionando reflexões e caminhos para ressignificações.

A mostra atende diversas questões sociais dentro desse recorte temporal, além de promover o debate sobre populações invisibilizadas e marginalizadas, permitindo traçar debates mais amplos. Isso significa inserir para o público visitante outras memórias, outros patrimônios, que uma parcela pode se identificar ou não. (Luiz Fernando).

Entretanto, na ótica do respondente Rodrigo, ele enfatiza o desafio e dificuldade de mediar para um público elitista frequentador do Museu. Na sua experiência, algumas mediações se limitavam aos interesses desse público específico, não trazendo à tona a realidade relacionada ao contexto histórico do bem imóvel que abriga o Museu. Ele declara que:

Durante o período no qual fui mediador no MEPE, pude verificar um perfil de público de caráter elitista e própria da região metropolitana do Recife ou das redondezas do Museu. Uma experiência marcante para mim, foi que pude destacar que esse perfil majoritário optava por mediações na qual enaltecesse os símbolos de riqueza das exposições, principalmente no casarão do Barão de Beberibe. (Rodrigo Cezar).

Neste sentido, Cury (2013, p.19) argumenta que “O museu é uma instituição elitizada. Isto não é um estratagema e sim a forma de funcionamento da hegemonia que, em uma de suas manifestações, é segregadora e elitizada”:

Para mim, essa experiência não era tão boa, pois a história acerca de quem era o Barão, como a história das exposições foram pensadas, as narrativas criadas pelos curadores se relacionavam com um determinado tempo histórico e analisar as contradições sobre a vida do barão com sua relação acerca da escravidão (Barão foi o maior traficante de escravos durante um período no Brasil) sempre ficavam em segundo plano nas mediações. (Rodrigo Cezar).

O respondente se refere à história do primeiro proprietário do casarão que sedia o MEPE, Francisco Antônio de Oliveira, intitulado Barão de Beberibe. A pesquisadora e historiadora Amanda Barlavento Gomes, em sua dissertação discorre sobre a trajetória do Barão de Beberibe, comerciante e traficante de escravos em Pernambuco no século XIX, o qual na sua trajetória tornou-se o seu principal negócio, seguiu carreira política no estado sendo vereador da cidade do Recife por mais de duas décadas. Após a lei de 07 de novembro de 1831<sup>25</sup> que proibiu a comercialização de

---

<sup>25</sup> “Declara livres todos os escravos vindos de fora do Imperio, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos.” extraído de : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-7-11-1831.htm#:~:text=LIM%2D7%2D11%2D1831&text=LEI%20DE%207%20DE%20NOVEMBRO,do%20Imperador%20o%20Senhor%20D.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-7-11-1831.htm#:~:text=LIM%2D7%2D11%2D1831&text=LEI%20DE%207%20DE%20NOVEMBRO,do%20Imperador%20o%20Senhor%20D.) acesso em: 11/07/2022

peessoas escravizadas no Brasil sob pena da lei, porém o Oliveira continuou com o tráfico ilegal por mais de 20 anos (Gomes, 2016).

E importante salientar que diante desse histórico que envolve o MEPE, devido ao local onde o Museu está instalado ser herdeiro dessa carga de ter sido um imóvel pertencente ao traficante de pessoas escravizadas do Atlântico Sul, o Francisco Antônio de Oliveira, o Museu acaba, por assim dizer, estigmatizado a ser o “casarão do Barão”. Essa problemática reforça a necessidade de expandir o conhecimento aos visitantes, para quebra de barreiras que inibem o acesso de pessoas ao museu e informações diversas disponíveis ao público. Tal fato histórico sobre a o antigo casarão não está informado na exposição do palacete, contudo nas mediações com o público, a trajetória histórica da edificação é narrada e problematizada, trazendo à tona a origem do casarão a história sobre os antigos proprietários e como se tornou museu. As linguagens das explanações dos mediadores são adaptadas para cada faixa etária, a fim de expandir o conhecimento do público sobre fatos que compõem a história de Pernambuco. O Museu do Estado é hoje um equipamento cultural estadual, ou seja, um lugar público para todas as pessoas que quiserem acessar o espaço, seja com o objetivo de conhecimento, pesquisa ou lazer. À vista disso, a fala da atual estagiária, Dayane Gomes explica o significado pessoal de estar atuando no Museu.

E para mim está nesse local, no meu caso, principalmente, vindo da periferia do Barro, tem muita importância, principalmente pela publicização da cultura e da arte, como também a aproximação dos meus nestes espaços que têm o dever de ser de todos e que é um dever de todos buscar essa abertura desses espaços para a sociedade em si.” (Dayane Gomes).

Nesta perspectiva, as práticas cotidianas de interação com o público relatadas pelos respondentes afirmam a premissa de que os desafios são diversos e muitas vezes complexos diante das relações entre as narrativas expositivas e o público visitante, com a intervenção da mediação cultural realizada pela equipe educativa. O respondente Rodrigo fala dos aspectos positivos da sua experiência de estágio no Museu e na Exposição. “Conheci pessoas que me ensinaram muita coisa sobre a exposição de ‘Pernambuco’, principalmente acerca da vivência dos povos tradicionais e das relações de resistência no setor de Xangô.”

Essas implicações apresentadas pelos mediadores são pertinentes de cada espaço expositivo com suas variadas coleções e com suas narrativas curatoriais, das quais revelam as posições dos visitantes de acordo com as temáticas e histórias inerentes ao acervo exposto. O capítulo a seguir adentra aos aspectos das

experiências de mediações realizadas no núcleo expositivo da coleção "Xangô Pernambucano", objeto de estudo desta pesquisa.



#### **4 Intolerância e resistência: desafios dos educadores na prática de mediação na exposição "Xangô Pernambucano"**

O direito à liberdade é universal, ao menos deveria ser. Ao direcionar uma lente de aumento focalizada no direito à liberdade religiosa no Brasil, contata-se a veracidade do estado de violência que as religiões de matriz africana sofrem no Brasil desde suas formações e pioneiras manifestações. O artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro 1948<sup>26</sup>, estabeleceu que: “Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto em público ou em particular.”

Apesar da cobertura legal às práticas religiosas, as violações, agressões e discriminação se sucedem e são notícias jornalísticas frequentes. Na contemporaneidade, vem sendo colocado em evidência problemas sociais antes invisibilizados pela sociedade e meios de comunicação, aos quais viabilizavam pouca informação de problemas socioculturais e crenças limitantes referente à liberdade religiosa. Nesse sentido, no passado e, ainda no presente normatizam e banalizam a violência pautada no racismo estrutural da sociedade brasileira. O artigo 5º da Constituição Federal de 1988, concernente aos direitos e deveres individuais e coletivos, estabelece o direito à liberdade no sentido amplo de acordo com os termos constitucionais e, especificamente, no parágrafo VI o direito à liberdade religiosa determina que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” (Brasil, 1988).

A palavra “tolerar” tem sinônimos como suportar, aturar, aceitar e consentir. Quanto ao termo “intolerância religiosa”, remete a não tolerância das crenças religiosas diversas. Nesse sentido, o uso desse termo se torna problemático quando se refere às religiosidades de matriz africana e de qualquer religião originária de raças e etnias específicas. O fato é que o que se tolera não necessariamente se aceita, respeita ou se compreende, e na realidade o racismo está explícito nos ataques as comunidades e terreiros de umbanda, do candomblé, da jurema, demais religiosidade

---

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos#> Acesso em: 01 set.2022.

afro-brasileiras, e indígenas, porém o racismo é velado com a justificativa de intolerância religiosa.

Tolerância é um termo que vem do latim *tolerare* e significa “suportar” ou “aceitar”. A tolerância é o ato de agir com condescendência e aceitação perante algo que não se quer ou que não se pode impedir. Ouve-se muito que “é preciso tolerar a diversidade”. A expressão, aparentemente, progressista e bem-intencionada, desperta a indignação de alguns tolerados. Não, não é preciso tolerar ninguém. “Tolerar” significa algo como “suportar com indulgência”, ou seja, deixar passar com resignação, ainda que sem consentir expressamente tal conduta. Quem tolera não respeita, não quer compreender, não quer conhecer. É algo feito de olhos vendados e de forma obrigatória. (Nogueira, 2010, p.30-31)

O dia 21 de janeiro se tornou o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa através da Lei nº 11.635, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2007 (Brasil, 2007). Nesta mesma data é comemorado o dia Mundial da Religião que levou a essa escolha, e principalmente para homenagear a lalorixá Mãe Gilda que sofreu violência e ataque ao seu terreiro no ano de 1999, agravando a saúde e causando a sua morte por infarto nesta mesma data, no ano de 2000. As estatísticas dos últimos dois anos, demonstra um aumento dos casos de violência relacionados a intolerância religiosa que, segundo o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), cresceu 45% de 2020 a 2022<sup>27</sup>.

A recente Lei Nº 14.532, em vigor a partir de 11 de janeiro de 2023, alterou a lei de crime racial Nº 7.716 de ano de 1989, que precisava ser modificada, pois diante da urgência do aumento de casos de racismo religioso no Brasil, assim como as penalidades não tinham efeito justo, houveram ajustes no Decreto-Lei do código penal nº 2.848, do ano de 1940. As modificações foram significativas para pessoas negras e as comunidades das religiões afro-brasileiras e indígenas, onde iguala os crimes de injúria racial com o de racismo e a pena aplicada em ambos e como crimes, tal como o racismo nos esportes e artes, o racismo recreativo que são ofensas encoberta pelo humor e o racismo religioso, Lei vigente em 2023 estabelece: “[...] para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público” (Brasil, 2023). Mais um feito recente e importante para o Brasil foi o decreto que estabelece o Dia

<sup>27</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/combate-a-intolerancia-religiosa-volta-a-agenda-do-governo-federal> Acesso em: 08 abr. 2023.

Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, através da Lei 14.519 no dia 21 de março, mesma data do Dia Internacional Contra a Discriminação Racial (Brasil, 2023). Todo esse movimento social e político da reformulação das leis, decretos de novas datas de conscientização, bem como a patrimonialização de terreiros, saberes, tornar patrimônio vivo pessoas e grupos originários da cultura negra e indígena e tombamentos de bens culturais dessas culturas, são essenciais para combater esse cenário desumano de violência. Ademais, o papel da educação formal em assumir efetivamente a responsabilidade social com as atuais e futuras gerações no processo de desmonte dos preconceitos, das ações antirracistas e construção cognitiva ao que concerne ao respeito a liberdade religiosa é imprescindível. Neste viés, a lei Nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, constitui a alteração da Lei Nº 9.394 do ano de 1996, referente às Diretrizes e Base da Educação Nacional, incluindo a obrigatoriedade no currículo oficial da Rede de Ensino a implementação da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

Art. 26- A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’. (Brasil, 2003)

No entanto, após 20 anos da implantação desta lei, existem problemáticas no exercício e cumprimento efetivo da lei nas escolas de ensino fundamental e médio. Existem fatores que dificultam a prática do ensino dessa temática nas escolas, que vai desde quem ensina fazer parte de gerações que não tiveram base educacional pertinente à história e cultura africana e afro-brasileira, como também formações culturais variadas, onde inclui a demonização das religiões desta origem. O ensino no Brasil é marcado pela cultura e história do homem branco europeu, cristão e colonizador em detrimento da existência da cultura negra e sua história no Brasil, ou seja, a negação do ensino do referido conteúdo prevaleceu nas escolas por todos os tempos de educação formal no Brasil. Nessa perspectiva, duas décadas de

implantação da obrigatoriedade do ensino do conteúdo programático da cultura e História Negra não superam a sua ausência na sala de aula por um século.

#### 4.1 Análise dos conteúdos sistematizados das entrevistas aplicadas: experiências de mediação no núcleo expositivo "Xangô Pernambucano"

As duas primeiras perguntas da entrevista com os mediadores foram analisadas no capítulo anterior, ficando a terceira questão a ser estudada neste ponto do terceiro capítulo. A questão respondida pelos educadores foi um relato sobre sua experiência de mediação e a interação do público visitante com a exposição "Xangô Pernambucano". Diante dos relatos é perceptível aspectos positivos e negativos descritos pelos respondentes. O mediador Luiz Felipe levanta a importância da mediação para a desconstrução das crenças limitantes e preconceitos sobre a cultura afro-brasileira e como reforça a teoria da troca de saberes na prática educativa.

[...] a partir da mediação, fazer uma desconstrução histórica dessa criminalização que os negros e suas manifestações culturais sofrem até hoje. A partir dessa experiência já vi muitos visitantes desconstruírem a reprodução dessa criminalização, assim como pude aprender mais características sobre essa Cultura, a partir de visitantes que tinham bastante apropriação na discussão do tema. (Luiz Felipe).

A ressignificação dos conteúdos culturais é possível no processo de comunicação entre os três pilares estruturantes da educação museal, público, objeto e educador. O público é o interpretador criativo do que encontra e observa nas exposições, levando em consideração o seu conhecimento cultural e experiências. E na condição de reinterpretar e ressignificar os conceitos estabelecidos sobre o exposto, o diálogo é o condutor das quebras de preconceitos e paradigmas determinantes da interpretação do repertório encontrado.

Um sujeito se faz na relação com o outro, nos fazemos sujeitos na interação com outro sujeito, isto porque a comunicação provoca o estabelecimento de vínculos e os vínculos só são possíveis com a comunicação de sentidos. Melhor dizendo, não somos sujeitos sozinhos e não (re)significamos sozinhos, nós (re)significamos com outros, é uma atuação mútua e compartilhada entre o público e o museu. (Cury, 2005, p.40).

A mediação contribui para uma comunicação museológica, mas eficaz e, não tirando o lugar do visitante como sujeito ativo, na sua capacidade de comunicação e construtor das suas próprias aprendizagens e conceitos, em contato com o patrimônio

e seu contexto histórico. O próprio objeto musealizados e a narrativa da expografia são elementos mediadores em comunicação com o público, sendo assim, “A exposição e a ação educativa são manifestações da política de comunicação de um museu e para o público é o que define a instituição, pois é através delas que o museu se faz visível e se torna relevante para a sociedade.” (Cury, 2005, p.87)

A autonomia do visitante pode transcorrer de forma receptiva aos conteúdos acessados através das exposições, como também demonstrar resistência e discriminação que pressupõe uma identificação típica de racismo religioso. A respondente Maria Victória ao relatar a sua experiência de mediações com visitantes na exposição da coleção "Xangô Pernambucano" fica perceptível esse fato.

A mediação na exposição "Xangô Pernambucano" geralmente é mais suscita pela falta de interesse e interação de pessoas ou grupos já acompanhados. Em algumas das mediações nesse ambiente existiu a negação por parte de alguns visitantes para ouvirem a explicação sobre o Xangô, além de opiniões que julgaram aquele ambiente com “a energia pesada”. Ademais, uma minoria compreendia e julgava necessário a absorção do conteúdo de Xangô por fazer parte da história de Pernambuco desde quando negros escravizados eram trazidos contra sua vontade da Costa Africana para a Costa Pernambucana. (Victória Maria).

Assim como a respondente explica a forma de negação dos visitantes em relação a esta coleção, os demais entrevistados tiveram experiências semelhantes.

Apesar de normalmente termos reações interessadas ao conteúdo da exposição, alguns visitantes já tiveram comportamentos hostis ao acervo, seja ignorando a mediação, apresentando comportamentos/falas ofensivas ou reproduzindo estereótipos. Nessas situações, o desafio ao mediador era maior, para lidar com essas situações delicadas. (Luiz Fernando)

Gabrielle relata uma dualidade na sua experiência, onde encontrou pessoas curiosas e interessadas na história da coleção e cultura. Porém, presenciou manifestações racistas dos visitantes.

Minha experiência na Exposição "Xangô Pernambucano", é em grande parte das vezes muito proveitosa, tendo em vista que muitos visitantes são muito solícitos e curiosos para aprender sobre a cultura e história dos povos afro-brasileiros. No entanto, algumas vezes já houve casos de visitantes que não querem adquirir um conhecimento para se desconstruir e acontece de terem algumas falas racistas ou até querem passar direto do espaço por não considerar a História do espaço. (Gabrielle Brito)

Fica evidente a presença de visitantes racistas que se manifestam desrespeitosamente frente à exposição. E os mediadores não estão somente na condição de exercer sua função de educador, mas de exercer seu lugar de fala como pessoa negra ou pertencente a afro religiosidade. Como é o caso da respondente Gabrielle que se auto declara negra e da respondente Dayane Gomes que é praticante da Umbanda. Em sua fala relata:

Inclusive peço licença para narrar um acontecimento que é bastante recorrente, principalmente por conta do racismo incrustado e naturalizado nessas observações. Além de perceber, né? Além de também precisar pontuar que sou praticante da Umbanda e me declaro parda, então a importância de não ser só um objeto de análise a partir da minha fala e dessa conversa que estamos tendo, mas sim ter um acolhimento das minhas vivências com esse corpo que habito e que ocupa também esse espaço é de uma delicada e acolhedora análise por parte de Maíra. Mas pois bem, só para conversar um pouco sobre o fato, eu estava mediando para um rapaz durante toda a exposição, porém, quando chegamos no núcleo do "Xangô Pernambucano". Ele decide começar pela prateleira que explicita objetos ritualísticos de Odé, Oxóssi, Exu e Ogum consecutivamente. E olha pra mim e diz Olha, já que você trabalha aqui há tanto tempo, poderia me responder Exu é o demônio, não é pra nós?

A demonização das religiões afro-brasileiras e todas as suas simbologias, os Orixás e ritualísticas parecem assustar as pessoas, que reagem com ironias, desprezo ou falas pejorativas e racistas diante dos objetos sagrados da religião afro-brasileira. O Babalorixá Sidnei Nogueira esclarece:

O racismo religioso condena a origem, a existência, a relação entre uma crença e uma origem preta. O racismo não incide somente sobre pretos e pretas praticantes dessas religiões, mas sobre as origens da religião, sobre as práticas, sobre as crenças e sobre os rituais. Trata-se da alteridade condenada à não existência. Uma vez fora dos padrões hegemônicos, um conjunto de práticas culturais, valores civilizatórios e crenças não pode existir; ou pode, desde que a ideia de oposição semântica a uma cultura eleita como padrão, regular e normal seja reiteradamente fortalecida. (Nogueira, 2020, p. 47).

Os padrões de comportamento de pessoas racistas são respaldados pelas suas crenças e relacionadas a outras religiões. Um número significativo de agressões contra a comunidade das afros religiosidades são pertinentes a pessoas de religião cristã, segundo pesquisas citadas por Nogueira, onde

[...] o livro Presença do axé: mapeando terreiros no Rio de Janeiro, organizado pelas pesquisadoras Denise Pini Rosalem da Fonseca e Sonia Maria Giacomini (2013), revela o dramático problema enfrentado pelos fiéis

das religiões afro-brasileiras: de 840 terreiros pesquisados, 430 (cerca de 51%) já passaram por alguma forma de agressão [...] os agressores – evangélicos (39%); vizinhos (27%) – e os tipos de alvo – a pessoa (60%) e a casa (29%). (Nogueira, 2020, p. 36).

O respondente João Victor explica a sua experiência de mediação no núcleo expositivo Xangô, e salienta sobre a visita de grupos escolares, no qual observou o comportamento dos Educadores responsáveis pelo grupo visitante, pontuando a questão da educação e paradigmas culturais arraigados no colonialismo e cristianismo:

Essa seção especificamente contém os comportamentos mais diversos em relação ao restante da exposição. Talvez seja um dos assuntos que as pessoas menos sabem, em comparação aos conteúdos abordados durante o percurso. Quando a mediação é feita para escolas, nota-se em alguns casos a tentativa de apressar a mediação, por parte de alguns professores/coordenadores. Comigo nunca houve uma situação preconceituosa de forma explícita, porém essas ações de apressar, ou simplesmente não ouvir com tanto interesse o que está sendo explicado já demonstra uma certa resistência ao tema. Ainda fruto de uma educação familiar/escolar brasileira, fundamentada em grande parte pelo cristianismo. E mesmo o catolicismo sendo um fator importante para compreender essa seção de forma “positiva”, percebe-se ainda uma falta de interesse. Isso é perceptível porque essa seção está no fim do trajeto expositivo, então dá para comparar com o comportamento antecedente. (João Victor).

Nessa direção, o mediador Antony Sampaio explana a sua experiência com um grupo visitante de uma instituição escolar, onde a professora rejeita a exposição "Xangô Pernambucano" no percurso da visita, e falta de postura e trato com os objetos expostos. Se tratando de uma professora, educadora da disciplina de história é preciso reavaliar qual é a qualidade da educação no Brasil e dos educadores que reproduzem atitudes preconceituosas e racistas:

[...] uma professora de história que estava lá recebendo um público, recebendo visitantes e ela já queria que acabasse a mediação ali antes mesmo de se iniciar a mediação em Xangô. E além disso, ela chegou próximo do ilu, né? E ela fez: a isso aqui bate, isso aqui toca? e ela foi lá e bateu na peça com uma professora de História que é formada e recebeu as instruções sobre as regras do museu antes de visitar, da mesma forma como já o fizeram de visitantes que desrespeitaram aqueles objetos sagrados, como por exemplo, um visitante adolescente chamar Iemanjá de Annabelle, trazer falas de forma pejorativa. Então é muito desafiador, porque não são todos, mas muitos visitantes. (Anthony Sampaio).

Nesse viés, o educativo do Museu do Estado, compreendendo a necessidade e o compromisso educativo de integrar os professores atuantes na educação formal,

realiza anualmente, formações para professores da rede pública de ensino. O intuito é proporcionar aos educadores a experiência da visita à instituição e construir conhecimento acerca do conteúdo histórico e cultural do acervo exposto, para contribuir com seus projetos pedagógicos e exercícios interdisciplinares, e principalmente, estimular a visita dos grupos escolares ao MEPE. Essa prática proporciona aos professores ressignificações e combate aos preconceitos das temáticas das coleções expostas, e assim visando quebrar a cadeia de reproduções racistas e discriminatórias com os povos originários e o povo negro e suas culturas.

Desta maneira, Maria Célia Santos afirma que:

Assim como o museu, a escola também deve se tornar uma instituição aberta à comunidade e às parcerias com outras instituições. É possível criar uma rede de interação de recursos educativos, integrando-os a objetivos comuns, a fim de tornar a escola um sistema aberto, em contínua comunicação com o meio, incentivando a criação de verdadeiras estruturas democráticas de participação proativa. Considero que essa seria uma atitude fundamental para qualificar o fazer cultural dos diversos participantes como patrimônio cultural, buscando a sua apropriação e reapropriação, que atuam nessas instituições, visando a utilização do patrimônio cultural como instrumento de educação e desenvolvimento social. (Santos, 2008, p. 142).

Retomando a experiência vivenciada pela mediadora Dayane, é perceptível que os desafios de mediação são heterogêneos em razão de existir uma pluralidade de público visitante. E os resultados do trabalho educativo podem ser imprevisíveis.

E então a gente tem que partir do princípio de uma educação mais inclusiva, perceber que um olhar reproduzido tem todo um discurso de cuidado para aquela fala de observar o visitante como alguém que também está ali para trocar conhecimento, mas que também está ali para conhecer esse tipo de vivência. E então, a partir disso, fui fazendo contornos para explicar para ele que era um olhar colonizador. Que sempre se repete demais nessas vivências. E no final das contas, ele se desculpou, percebeu o que tinha falado, entendeu a história e a partir disso, acredito que ir ao museu para ele, deve ter sido muito marcante, da mesma forma que foi para mim, como mulher, parda e umbandista, ter a oportunidade de ter desnivelados esses preconceitos, de destrinchar eles e tornar um olhar mais amplo para essa discussão. Inclusive, é muito delicado, porque da mesma forma que a gente recebe visitantes assim, tem outros que vão atacar de forma mais direta ou de forma mais velada, dizendo olha, por que não usa esse cabelo? Não sai mais um pouquinho do sol para clarear a pele, não passa mais a maquiagem. Ou quando nos veem de turbante, acredita ter a possibilidade de tirar brincadeiras como chamar de “Waka Waka”, coisa assim desse tipo. Mas em contrapartida, também temos visitantes que vão além desses estereótipos e fazem questão de escutar, de aprender, de tentar compreender melhor aquela história, mas que sabemos que é uma luta constante. (Dayane Gomes).



A ação do visitante, a princípio, foi situar o Orixá Exu num lugar de demonização em seu questionamento para a mediadora, está problemática de reprodução de discursos estigmatizados pela cultura de apagamento em detrimento da cultura afro religiosa demonstra a urgência do papel da educação no combate e desconstrução desses estereótipos racistas. A característica das expressões preconceituosas foi o alicerce de todo o trajeto histórico de repressão ao povo de terreiro. Zuleica Dantas afirma que na década de 1930 e 1940 do século XX a perseguição era legalizada:

O combate ao “catimbó” tinha uma justificativa legal. Sendo assim, as instâncias do poder se eximem do que é praticado, mas acabam incorporando a crença. Se existem catimbozeiros, feiticeiros, embusteiros, é porque se acredita nesse tipo de feitiçaria. (Campos, 2001, p. 231).

Com respaldo da Igreja católica, que se uniu ao Estado na repressão as comunidades afro religiosas. “Tomando o Catolicismo como religião oficial do Brasil, empenharam-se na tentativa de apagar da sociedade todas aquelas práticas religiosas que “ameaçavam” a doutrina social cristã, propagada na época.” (Campos, 2001, p. 231)

A reunião das explanações apresentadas pelos respondentes sobre suas experiências de mediação na exposição “Xangô Pernambucano”, conduz a um contínuo enfrentamento ao racismo religioso, para além do dispositivo museológico, reverberando para as instituições escolares e comunidades. Enfrentamento este, por meio da educação libertadora para quebra de paradigmas engessados no âmbito social.

A educação museal é um instrumento democrático e efetivo de transformação e ressignificação do pensamento colonial, amalgamado na cultura dos países colonizados e, que vem à tona em contato com os objetos de memória patrimonializados. Nesse sentido, os reflexos do trabalho educativo vão marcado passos na luta da desestruturação do racismo.

## 5 Considerações finais

O trabalho de conclusão de curso apresentado se debruçou na pesquisa sobre os desafios no processo de mediação e comunicação da Coleção "Culto afro-brasileiro – um testemunho do Xangô Pernambucano". Tendo em vista que a educação museal tem a responsabilidade sociocultural de construir pontes para a produção do conhecimento, a luz da temática desta pesquisa, o intuito foi analisar a relação que o público estabelece na interação com a coleção "Xangô Pernambucano", através da interação da equipe do setor educativo do MEPE, em sua prática cotidiana de comunicação na mediação com o público visitante.

Os objetivos desta pesquisa que foram compreender como se realiza a interação público – exposição no MEPE, conhecer a relação do público visitante do MEPE com a exposição Xangô Pernambucano e identificar os desafios dos educadores na prática de mediação nesta exposição. Para atingir esses objetivos, foi adotado como suporte metodológico, a pesquisa qualitativa e explicativa, que se configurou na aplicação das entrevistas com os mediadores/ educadores do setor educativo. Para estruturar e desenvolver os resultados das análises das entrevistas desta pesquisa, foi necessário contextualizar e fundamentar com o conjunto de conceitos e pesquisas históricas a seguir: Aspectos históricos da instituição, campo empírico da pesquisa, assim como da coleção em destaque neste trabalho e a exposição em que ela se situa. A educação museal foi abordada no seu conceito, histórico de desenvolvimento no Brasil e constituição do campo. Panorama histórico e legislações acerca das culturas e religiosidades afro-brasileiras e das lutas por liberdade religiosa. Foi exposto conceitos condizentes com função dos museus, em concordância com a definição de museus atual, na qual coloca a comunicação profissional como veículo para o desenvolvimento da educação e produção de conhecimentos no âmbito da instituição museológica.

O resultado deste trabalho foi um conjunto de relatos de experiências vivenciadas no Museu e na exposição Pernambuco, nas práticas educativas do cotidiano e seus desafios que foram esclarecidos na análise do conteúdo explanados pelos respondentes. Foi verificada nesta análise das duas primeiras questões a heterogeneidade do público e, conseqüentemente, os mediadores confrontam o desafio das distintas situações apresentadas no cotidiano de trabalho. Apresenta o

resultado de constante troca de saberes entre público e educador, e a contribuição desta aprendizagem para a vida profissional dos mediadores.

O resultado da terceira questão explanada pelos respondentes sobre a experiência de mediação no núcleo expositivo "Xangô Pernambucano", trouxe resultados que confirmam com a hipótese da pesquisa, que abordou a possibilidade da relação de rejeição a esta exposição, por parte do visitante, se configurando como intolerância religiosa e racismo religioso, diante da história e cultura material afro religiosa. O conjunto de relatos apresentados explicita que parte do público manifestam os seus preconceitos e referências culturais sobre a religiosidade afro-brasileira, tratando de formas pejorativas as simbologias, os orixás e o patrimônio exposto. Em contrapartida, os mediadores tiveram experiências de visitantes interessados em conhecer e aprender, expressando curiosidade sobre a cultura afro religiosa, como também visitantes com conhecimento trocando saberes e até ensinando sobre as religiosidades de matriz africana.

Diante desses resultados, não se pode naturalizar as demonstrações de racismo religioso no âmbito do Museu, nem deixar de analisar as relações do público frente exposição "Xangô Pernambucano", assim como é preciso continuar elaborando processos de mediação e ações educativa para desconstrução desse preconceito. Este estudo faz emergir discussões que revelam temas vigentes de caráter étnico-racial das relações público–museu e público-objetos musealizados, onde o papel da educação museal, considerando o seu compromisso social, deve contribuir para a ressignificação do olhar do público visitante sobre a cultura e história da religiosidade afro-brasileira.

Nessa perspectiva, o trabalho desenvolvido chama a atenção para demandas imprescindíveis nas pautas contemporâneas dos museus, como as formas de comunicação e práticas educativas e as conexões que o público cria na experiência da visita às exposições, considerando suas realidades e referências culturais. Dessa forma este estudo pode se desdobrar na pesquisa da perspectiva do público e instituições escolares visitantes, com a finalidade de conhecer e analisar as suas relações com as exposições e experiência da visita. Tendo em vista que as narrativas expográficas tem um peso interpretativo nesta inter-relação entre os sujeitos (educador e visitante), o patrimônio (objetos musealizados) e a instituição (Museu) pode ser mais um futuro ponto de pesquisa no desdobramento deste TCC.

Por fim, é importante destacar que o MEPE e as diversas instituições culturais, têm como compromisso educativo e social proporcionar novas formas de fazeres museológicos, tomando como instrumentos, resultados obtidos em pesquisas no campo da museologia e demais campos com abordagens nesta temática, a fim de criar novos olhares e desconstruir preconceitos sobre a cultura afro-brasileira, atuando na luta contra, toda e qualquer forma de manifestação discriminatória e racista dentro e fora das instituições museológicas.

## Referências

ALVES, Marileide. **Povo Xambá resiste**: 80 anos de repressão aos terreiros em Pernambuco. Recife: Cepe, 2018.178p.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 05 nov. 2021.

BRASIL. Constituição (1937). Dos Direitos E Garantias Individuais, Art. 122, 4º. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em 18 de dez. 2021

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [1888]. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=To%20o%20poder%20emana%20do,diretamente%2C%20nos%20termos%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=To%20o%20poder%20emana%20do,diretamente%2C%20nos%20termos%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 01 set.2022.

BRASIL. LEI Nº 11.635, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007. Institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Brasília, DF, [2007]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11635.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11635.htm) Acesso em: 08 abr. 2023.

BRASIL. LEI Nº 14.519, DE 5 DE JANEIRO DE 2023. Institui o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé. Brasília, DF, [2023]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/L14519.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14519.htm) Acesso em: 08 abr. 2023.

BRASIL. LEI Nº 14.532, DE 11 DE JANEIRO DE 2023. Lei do Crime Racial. Brasília, DF, [2023]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm) Acesso em: 08 abr. 2023.

BRASIL. LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Brasília, DF, [2003]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm) Acesso em: 08 abr. 2023.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri**: textos e contextos de uma trajetória profissional. v.1. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. 318p.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. Perseguida por Agamenon Magalhães: marcas de memória de uma mãe-de-santo pernambucana. **Symposium**, Recife, v. 3, p. 65-70, dez. 1999.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. **O combate ao Catimbó**: Práticas repressivas às religiões afro umbandistas nos anos trinta e quarenta. 2001. 315f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2001.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. A polícia no Estado Novo combatendo o Catimbó. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Ano I, n. 3, Jan. 2009. ISSN 1983-2859.

CURY, Marília Xavier. **Comunicação museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção**. 2005. Tese (Doutorado em Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François, **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. ICOM, 2013. 101p.

FRANÇA, Juliana Mesquita Zikan. **A “atmosfera senhorial” no Museu do Estado de Pernambuco**: um ensaio sobre a exposição de longa duração Pernambuco Território e Patrimônio de um Povo. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981. 149 p. 21cm (O Mundo, Hoje, v. 10).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GOMES, Amanda Barlavento. **A trajetória de Vida do Barão de Beberibe, um traficante de escravo no império do Brasil (1820 – 1855)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Um Museu Itinerante**. 2ª ed. Recife: Funcultura, 2017. 37p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museus em Números**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011a. 240 p.; 29,7 cm; vol. 1

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museus em Números**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011b. 240 p.; 29,7 cm; vol. 2

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF: IBRAM, 2018. 130p.

Pesquisa ICOM Brasil Nova Definição de Museu. ICOM Brasil, 2020. Disponível em: <<http://www.icom.org.br/wpcontent/uploads/2021/02/Apresentacao.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2021.

Os 20 termos escolhidos pelo ICOM Brasil. ICOM Brasil, 2020. Disponível em: <[http://www.icom.org.br/?page\\_id=2249](http://www.icom.org.br/?page_id=2249)> Acesso em: 6 nov. 2021.

ICOM. **Mesa-Redonda de Santiago do Chile**. Revista Museu, 1972. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/>. Acesso em: 19. ago 2021.

LIMA, Manuel Filho; ABREU, Regina; ATHIAS, Renato. **Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas**. Recife: Editora UFPE, 2016. 290p.

LODY, Raul catálogo. **Coleção Culto Afro-Brasileiro Um testemunho do Xangô Pernambucano**: Museu do Estado de Pernambuco. Recife, 1983.110p.

LODY, Raul et al. **Tempo Tríbio**: Museu do Estado de Pernambuco 1930-2020. Recife: Cepe, 2021. 170 p.

MORIM, Júlia. Sítio De Pai Adão/ Terreiro Ilê Obá Ogunté. In: **PESQUISA Escolar**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2014. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/sitio-de-pai-adao-terreiro-de-ile-oba-ogunte/>. Acesso em: 6 ago. 2022.

Repatriação digital do acervo afro-Pernambucano sob a guarda do Centro Cultural São Paulo. Museu Afro digital, 2017. Disponível em: <http://www.museuafrodigital.com.br/repatriacaodigital/> Acesso em: 01 ago. 2022.

NEVES. Eduardo Borba, DOMINGUES. Clayton Amaral (org). **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: EB/CEP, 2007. 204p.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen Livros, 2020. 84p. Disponível em: <<https://files.cercomp.ufg.br/>> Acesso em: 6 nov. 2021.

PERNAMBUCO. Decreto Nº 47.326, de 16 de abril de 2019. Extraído de: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=42435&tipo=> Acessado em: 06/03/2022 às 15:09.

SANTOS, Maria Célia. **Museu e Educação: conceitos e métodos**. São Paulo, USP: 2001.19p.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. Encontros Museológicos - reflexões sobre a museologia a educação e o museu. In.: **Museu e Educação: conceitos e métodos**. Rio de Janeiro. MinC/IPHAN/DEMU, 2008, p.125-146. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/12/museu-e-educac3a7c3a3o.pdf> Acesso em: 10 out. 2021.

SILVA NETO, Manoel Francisco da. **Os tambores silenciados**: Estudo sobre os objetos da coleção xangô do Museu do Estado de Pernambuco. 2019. 45 f. TCC (Graduação) - Curso de Museologia, Departamento de Antropologia e Museologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

## **Apêndice A - Roteiro da entrevista com os educadores/mediadores do Museu do Estado de Pernambuco**

1. Como foi /como está sendo a sua experiência como mediação como público visitante no MEPE?
2. Como foi/ como está sendo a sua experiência como mediação como público visitante na Exposição Pernambuco Território e Patrimônio de um Povo?
3. Relate sobre sua experiência de mediação e a interação do público visitante com a exposição "Xangô Pernambucano".